

Balanço do Trabalho Parlamentar

XV LEGISLATURA

Grupo Parlamentar do  **PCP**



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Tel.: 800200358 / 213919202
gp_pcp@pcp.parlamento.pt

www.pcp.pt
www.pcp.pt/assembleia-republica

| | |
|--|-----------|
| 1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar..... | 5 |
| I – O trabalho Parlamentar do PCP | 5 |
| II – Os Balanços Setoriais | 7 |
| Legislação laboral, salários e pensões..... | 7 |
| Administração Pública..... | 8 |
| Segurança Social..... | 8 |
| Crianças..... | 9 |
| Deficiência..... | 9 |
| Fiscalidade e Orçamento..... | 10 |
| Energia..... | 10 |
| Banca e sistema financeiro..... | 11 |
| Saúde..... | 12 |
| Juventude..... | 13 |
| Educação..... | 13 |
| Ensino Superior..... | 14 |
| Ciência..... | 14 |
| Comunicação Social..... | 15 |
| Cultura..... | 16 |
| Desporto..... | 16 |
| Habitação..... | 17 |
| Transportes Públicos..... | 17 |
| Agricultura..... | 18 |
| Pesca..... | 19 |
| Floresta..... | 19 |
| Ambiente..... | 19 |
| Poder Local..... | 20 |
| Assuntos Constitucionais..... | 21 |
| Justiça..... | 22 |
| Igualdade..... | 23 |
| Administração Interna..... | 25 |
| Proteção Civil..... | 26 |
| Defesa Nacional..... | 27 |
| Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas..... | 28 |
| 2. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpeleções ao Governo..... | 30 |
| 3. Comissões Eventuais e de Inquérito..... | 35 |
| Comissão Eventual Para a Revisão Constitucional..... | 35 |
| Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP (concluída)..... | 35 |
| 4. Debates com Primeiro-Ministro e Governo sobre Política Geral e Sectorial | 36 |
| 5. Declarações Políticas | 39 |
| 6. Debate do Programa do Governo | 40 |
| 7. Debate do Orçamento do Estado | 41 |
| Debate do Orçamento do Estado para 2024 | 41 |
| Debate na Generalidade do OE2024 (30/10/23) | 41 |

| | |
|--|-----------|
| Debate na Especialidade do OE2024 – Debate na Comissão..... | 41 |
| A intervenção e as propostas do PCP..... | 41 |
| Debate na Especialidade e votação final do OE2024 – Plenário | 41 |
| Debate do Orçamento do Estado para 2023 | 43 |
| Debate na Generalidade do OE2023 (26/10/22) | 43 |
| Debate na Especialidade do OE2023 – Debate na Comissão..... | 44 |
| A intervenção e as propostas do PCP..... | 44 |
| Debate na Especialidade e votação final do OE2023 – Plenário | 44 |
| Debate do Orçamento do Estado para 2022 | 45 |
| Debate na Generalidade do OE2022 (28/04/22) | 45 |
| Debate na Especialidade do OE2022 – Debate na Comissão..... | 45 |
| A intervenção e as propostas do PCP..... | 46 |
| Debate na Especialidade e votação final do OE2022 – Plenário | 46 |
| 8. Debate do Estado da Nação | 48 |
| 9. Jornadas Parlamentares | 49 |
| 10. Projetos de Lei..... | 50 |
| 11. Projetos de Resolução | 57 |
| 12. Votos apresentados pelo PCP | 61 |

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar

I – O trabalho Parlamentar do PCP

A XV Legislatura fica marcada pela confirmação de que as eleições antecipadas e a maioria absoluta, que resultou da chantagem feita sobre os eleitores de que a escolha seria entre o PS ou a direita, serviu objetivamente para libertar o PS de qualquer obrigação com as políticas de recuperação de rendimentos e valorização do trabalho, das reformas e pensões, permitindo-lhe assim voltar à sua posição natural de um partido e um governo que governa em favor dos interesses dos grupos económicos, subordinado às imposições do Euro e da União Europeia.

O contexto económico demonstra como o capitalismo e as potências imperialistas agem contra o interesse da generalidade da população. A pressão inflacionista, que resultou, no essencial, do aproveitamento especulativo dos grandes grupos económicos para aumentar as suas margens de lucro, e que só por si tem efeitos dramáticos sobre as micro, pequenas e médias empresas e as famílias, foi imediatamente aproveitada pelo governo para travar os aumentos salariais reais, ao mesmo tempo que se recusavam a intervir no controle e redução de preços e margens de lucro, resultando numa das maiores e mais rápidas transferências diretas de rendimentos do trabalho para o capital.

Como se esta situação não bastasse, o BCE, a pretexto da inflação, desenvolveu uma política de aumento exponencial das taxas de juro, com efeitos dramáticos na vida das famílias e das pequenas empresas, canalizando diretamente para o capital financeiro milhões e milhões de euros que deviam estar a circular na economia dos países.

O legado desta maioria absoluta do PS, que não durou mais que metade de uma Legislatura, e ao contrário do que a propaganda quer fazer crer, é mais dificuldades para quem trabalha ou vive da sua pensão. A situação económica e social do País é hoje marcada pelo aumento das desigualdades e das injustiças, da exploração, do aumento do custo de vida, pela degradação dos serviços públicos e pela negação do acesso a direitos, pela fragilização do aparelho produtivo, pelo avanço de novas privatizações e pela transferência de recursos públicos para os grupos económicos, seja por via de verbas dos fundos comunitários, pela atribuição de mais benefícios fiscais, seja pelas PPP. Problemas estruturais que exigem respostas que o Governo PS não quis dar, e que, em aspetos centrais, convergiu com PSD, CDS, IL e CH para impedir o avanço de soluções concretas.

Ficou evidente que a maioria absoluta pelo PS não foi nenhuma garantia de estabilidade ou de avanço para os direitos dos trabalhadores e do povo, mas sim, garantia de instabilidade e maiores dificuldade na vida do Povo português.

Para valorizar a sua governação, o PS não vai buscar os últimos dois anos, pois sabe as consequências das suas opções na degradação das condições de vida do povo e o PS vê-se obrigado recuar a 2015 para referir as medidas de defesa, reposição e conquista de direitos, como a conquista da gratuitidade dos manuais escolares, a redução do valor do passe social e integração dos diversos meios de transporte, o aumento extraordinário das pensões ou a gratuitidade das creches, medidas todas elas propostas pelo PCP, omitindo que se essas medidas avançaram precisamente porque a correlação de forças na Assembleia da República e a força do PCP a isso os obrigou, e só não se avançou ainda mais porque o PS não quis, da mesma maneira que em 2021 não quis encontrar soluções para os problemas centrais, os salários e pensões, a saúde e a habitação. Se nessa altura tivessem sido aprovadas as propostas do PCP, hoje a situação estaria diferente, para melhor.

Perante esta situação de agravamento da situação económica e social, o Grupo Parlamentar do PCP tem desenvolvido um intenso trabalho no sentido de dar expressão institucional à alternativa política que o projeto do PCP comporta, não apenas no plano das opções de fundo, mas também dando resposta aos problemas prementes que se têm agravado, em resultado das opções da política de direita do Governo do Partido Socialista, secundada no essencial por PSD, CDS, IL e CH.

Uma intervenção que marca a diferença pelo compromisso que assume, de defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, que se traduz no conteúdo das soluções avançadas, seja no aumento dos salários e das pensões e na valorização do poder de compra, na revogação das normas gravosas da legislação laboral, com o objetivo de reforçar a proteção dos trabalhadores e garantir a contratação coletiva, bem como a reposição do princípio do tratamento mais favorável aos trabalhadores; com o necessário aumento do investimento público e a necessidade do controlo público de setores estratégicos; com uma política fiscal capaz de garantir o financiamento dos serviços públicos mas que tribute mais o capital financeiro e especulativo e menos os rendimentos do trabalho; com a obrigação de se proceder a um efetivo controle de preços de bens e serviços essenciais; com a necessidade de medidas urgentes e eficazes para garantir o direito à habitação; com o reforço dos investimentos necessários nos serviços públicos, e na garantia de direitos fundamentais, em particular na educação e na saúde, de maneira a inverter o cada vez mais acelerado processo de entrega do SNS aos interesses

privados; com o apoio à produção nacional, aos setores produtivos, na pequena agricultura e na pequena pesca e no apoio aos micro, pequenos e médios empresários; na defesa do serviço Público de cultura, do ambiente; com os profissionais das forças de segurança, das forças armadas, na proteção civil e com os trabalhadores na área da justiça, em defesa da paz e da soberania e independências nacionais.

Neste balanço procuraremos, nas várias áreas e setores, destacar as principais iniciativas e propostas apresentadas nesta Legislatura, de entre um total de **299 iniciativas**, divididas entre **183 Projetos de Lei**, **114 Projetos de Resolução**, **1 Projeto de Regimento** e **1 Projeto de Revisão constitucional**. Merecem também ser referidas as mais de **716 Perguntas e Requerimentos** dirigidos ao Governo, as **390 audiências** realizadas na AR, assim como as **3 Jornadas Parlamentares** realizadas na Península de Setúbal, em Beja e na Serra da Estrela, e as várias visitas e encontros nos distritos no continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira. Destacam-se também as **5 Audições Públicas** realizadas durante a Sessão Legislativa, sobre os CTT, Agricultura e Soberania Alimentar, Defesa Nacional, Apoio às Artes e Estado da Ciência em Portugal.

II – Os Balanços Setoriais

Legislação laboral, salários e pensões

Durante a XV Legislatura o trabalho desenvolvido pelo Grupo Parlamentar do PCP foi marcado pela apresentação de um alargado conjunto de iniciativas com vista à elevação das condições de vida dos trabalhadores e pela garantia de um trabalho digno e com direitos, desde logo com a valorização dos salários em pelo menos 15%, não inferior a 150 euros e o aumento do Salário Mínimo Nacional para os 910 euros a 1 de janeiro e 2024, atingido os 1000 euros durante o ano de 2024.

Foram apresentadas propostas de combate à precariedade e de reforço dos direitos dos trabalhadores, designadamente trabalho por turnos e trabalho noturno, mas também de redução do horário de trabalho para as 35 horas para todos os trabalhadores e de eliminação dos mecanismos de desregulação dos horários de trabalho, da revogação da caducidade da Contratação Coletiva, importante instrumento para a reivindicação por parte dos trabalhadores de mais e melhores direitos, incluindo melhores salários, à reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador

A crescer, foram ainda apresentadas propostas para eliminar a facilitação e o embaratecimento dos despedimentos, limitando os critérios para despedir, de criação de condições para uma verdadeira articulação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e, também, do respeito pelos direitos de maternidade e paternidade.

Todas estas propostas foram ainda apresentadas a título de propostas de alteração e propostas de aditamento no processo legislativo relativo às alterações à Legislação Laboral no âmbito da designada Agenda para o Trabalho Digno, processo que ficou marcado pelas opções do PS de favorecimento dos interesses do patronato em detrimento do reforço dos direitos dos trabalhadores e de manutenção de todas as normas gravosas da legislação laboral.

Administração Pública

A intervenção do PCP na área da Administração Pública tem sido pautada pela defesa dos seus trabalhadores na valorização das suas carreiras, na contabilização de todo o tempo de serviço, na contabilização de todos os pontos de avaliação para assegurar o direito às progressões na carreira e valorização dos salários, a revogação do SIADAP, assim como na regularização de todos os vínculos precários na Administração Pública, bem como a contratação de trabalhadores que se tem revelado tão necessária, sabendo e reconhecendo que os trabalhadores são fundamentais para assegurar serviços públicos de qualidade, bem como para assegurar o cumprimento das funções sociais do Estado.

Segurança Social

O PCP apresentou propostas para a valorização das pensões e reformas, propondo um aumento de 7,5%, num montante não inferior a 70 euros por pensionista. A valorização das reformas e pensões é condição essencial para o combate à pobreza entre os reformados e pensionistas. Este é um elemento central na intervenção do PCP.

Central e da mais elementar justiça é também a valorização das longas carreiras contributivas, tendo o Grupo parlamentar do PCP apresentado propostas que permitem a um trabalhador com 40 anos ou mais de descontos possa optar pelo direito à reforma sem qualquer penalização, independentemente da idade.

Aprofundámos ainda a discussão em torno da sustentabilidade da Segurança Social e sobre a diversificação das suas fontes de financiamento, tendo inclusivamente sido objeto de uma audição pública realizada pelo Grupo Parlamentar.

Simultaneamente, o PCP tem intervindo e apresentado propostas para a concretização de uma rede de equipamentos de apoio à terceira idade, nomeadamente lares. Defendendo uma resposta assente numa rede pública de equipamentos sociais – lares, creches e outros – de gestão pública e da responsabilidade da Segurança Social, sem prejuízo do papel complementar das IPSS.

Crianças

O PCP apresentou propostas relativas à gratuitidade das creches para todas as crianças até à entrada no pré-escolar, bem como para a implementação de uma efetiva rede pública de creches.

Nas respostas necessárias aos apoios à infância, continuamos ainda a fazer o caminho da universalidade do abono de família, entendendo o abono de família como um direito de todas as crianças.

Foram aprovadas, já em votação final global, duas iniciativas no âmbito do acolhimento e da adoção que têm a maior importância: a retoma das medidas de acolhimento e programa de autonomização de crianças e jovens em perigo e o alargamento de adoção de crianças até aos 18 anos.

O PCP interveio ainda no sentido de garantir o reforço dos meios alocados às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Deficiência

O PCP tem tido uma intervenção continuada na defesa da elevação das condições de vida das pessoas com deficiência e apresentado propostas no sentido de reforçar a sua proteção social, com o reforço do valor da Prestação Social para a Inclusão e o alargamento da sua abrangência, a melhoria das condições no acesso aos produtos de apoio/ajudas técnicas, a eliminação de barreiras arquitetónicas e comunicacionais, defendendo a mobilidade das pessoas com deficiência e a acessibilidade a espaços e edifícios públicos ou de utilidade/serviço público, a garantia do direito a brincar das crianças com deficiência através da requalificação ou construção de parques infantis inclusivos, entre outros;

defendendo o acesso à Língua Gestual Portuguesa, ao braille e a outros formatos acessíveis às pessoas com deficiência.

Sendo do conhecimento público que existem cidadãos a aguardar há mais de dois anos pela realização da junta médica requerida para obtenção ou renovação do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso, em total desrespeito pelo prazo dos 60 dias previsto legalmente, o PCP tem vindo sucessivamente a apresentar propostas concretas para solucionar os problemas existentes e que têm sido rejeitadas, assim como questionou por diversas vezes o Governo sobre a matéria sem que, da parte do Governo, tenha vindo qualquer resposta satisfatória. Esta problema assume-se de enorme gravidade porque tem como consequência a perda dos benefícios e direitos que lhes estão associados.

O PCP continuará a intervir e a apresentar propostas concretas para garantir aos cidadãos o direito ao atestado médico de incapacidade multiuso de modo a permitir o acesso a importantes direitos, designadamente a prestação social de inclusão.

Fiscalidade e Orçamento

Na área da fiscalidade e orçamento, a intervenção do PCP centrou-se em propostas para um alívio fiscal sobre o trabalho e os rendimentos mais baixos e intermédios, com diversas medidas para uma redução generalizada do IRS e pela redução do IVA sobre a energia (tributando-a à taxa mínima de 6% e revertendo assim o aumento decidido pelo Governo PSD/CDS) e das telecomunicações (para a taxa intermédia de 13%), assim como para um alívio fiscal sobre as MPME.

Simultaneamente, foram também apresentadas propostas para uma tributação efetiva dos lucros realizados no país, impedindo os diversos benefícios fiscais e outros subterfúgios usados pelo grande capital para não pagar impostos, que foram alargados pelo Governo PS com apoio de PSD, CH e IL. Medidas como a aplicação de taxas extraordinárias às transferências para offshores, o englobamento obrigatório para os contribuintes do escalão mais elevado de rendimentos, ou a revogação do regime fiscal dos residentes não habituais, que constitui um regime de privilégio injustificado.

O PCP defendeu uma política de execução orçamental que priorize o aumento do investimento público, que o Governo do PS tem sacrificado em nome de uma redução acelerada do défice.

Energia

Na área da energia, a intervenção do PCP centrou-se na defesa do controlo público sobre este sector estratégico, tendo apresentado um projeto de lei pelo controlo público da Galp, no combate à apropriação de margens especulativas pelas grandes petrolíferas e empresas do sector energético, apresentando propostas para a fixação de preços de referência que eliminem as componentes especulativas, conjugadas com medidas de alívio fiscal, nomeadamente em sede de IVA, para assim baixar o preço da fatura energética.

Foram também apresentadas propostas contra o atual modelo de formação de preços da eletricidade e a lógica marginalista que prejudica os consumidores, situação que a revisão do mercado europeu determinada pela UE não veio alterar, assim como pela defesa da tarifa regulada da eletricidade (cujo prolongamento é resultado da iniciativa do PCP) e do gás (tendo o PCP proposto a possibilidade de passagem do mercado livre para o regulado, proposta que foi inicialmente rejeitada, mas que mais tarde foi implementada pelo Governo), pelo fim do seu carácter transitório, tendo em conta o papel que desempenha na proteção dos consumidores.

Para além de ter proposto apoios para a eficiência energética, o PCP defendeu que a transição energética não deva ser determinada a partir de critérios que servem os interesses de grupos económicos, mas sim de critérios de interesse público, garantindo a segurança, o aprovisionamento, a soberania energética, o combate às alterações climáticas e a redução de preços. Destaca-se, como exemplo negativo da atuação do Governo do PS, a situação causada pelo encerramento da refinaria de Matosinhos e a aprovação de enormes áreas marinhas para construção de eólicas offshore sem consideração pelas comunidades piscatórias. É ainda sintomático do favorecimento dos grupos privados da energia a total impunidade com que a EDP e a Engie montaram um esquema de fuga ao fisco a propósito da venda das barragens do Douro, em que até o IMI de 2019 ficou por cobrar, tendo o PCP confrontado por diversas vezes o Governo sobre esta situação.

Banca e sistema financeiro

Na área da banca e sistema financeiro, o PCP propôs medidas para a redução geral das comissões bancárias, considerando que se trata de um custo cada vez mais inoportável para a maioria da população, e cada vez mais inaceitável, até tendo em conta a subida dos juros, que enquanto estiveram em valores negativos por força das políticas do BCE, serviram de justificação para os aumentos das comissões.

Foram apresentadas propostas para impedir a apropriação desproporcionada de margens financeiras por parte da banca, à boleia da política de juros do BCE. A banca tem refletido imediatamente os aumentos de juros nas prestações do crédito à habitação, mas nos depósitos a prazo, mantém níveis de remuneração próximos de zero, o que lhe permite ter lucros, em 2022, de 10,7 milhões de euros por dia, situação que continua em 2023, com valores perto dos 12 milhões de euros por dia. O PCP propôs medidas para impedir o aumento das prestações no crédito à habitação, com diversas medidas que dariam mais poder negocial aos consumidores e com a mobilização do banco público; assim como para garantir uma remuneração mais adequada dos depósitos, nomeadamente rejeitando a opção do Governo de pôr fim à série dos Certificados de Aforro que estava a impulsionar o aumento das remunerações. Propôs ainda medidas para que o banco público, a CGD, seja encarado como um instrumento para uma intervenção pública no mercado bancário, que promova a redução das prestações do crédito à habitação e das comissões bancárias, bem como que assegure o acesso da população aos serviços bancários, em proximidade, em vez do sucessivo encerramento de balcões.

O PCP propôs a devolução parcial a favor dos consumidores das verbas acumuladas no Fundo de Garantia Automóvel, sem pôr em causa as atribuições deste Fundo, levando a uma redução dos prémios pagos pelos tomadores de seguro automóvel, e a criação de uma contribuição extraordinária sobre os lucros deste sector.

Saúde

O PCP apresentou inúmeras propostas destinadas a resolver os problemas do SNS e assegurar o acesso de todos a um SNS universal, gratuito e de qualidade. Nas iniciativas apresentadas inclui-se a valorização dos profissionais de saúde, em matéria de carreiras e remunerações, bem como a melhoria das suas condições de trabalho e a adoção das medidas necessárias para reforçar a contratação de profissionais em falta e a sua necessária fixação no SNS. Nesta legislatura dá-se particular destaque às propostas apresentada pelo PCP de criação de um regime de dedicação exclusiva no SNS, capaz de atrair os profissionais em falta, a alteração ao Estatuto do SNS definido pelo Governo, proposta destinada a eliminar a abertura à privatização dos serviços de saúde e dar passos para reforço e capacitação do SNS para que as populações tenham acesso aos cuidados de saúde a que têm direito, designadamente aos cuidados de saúde primários, com a atribuição de médico de família e de enfermeiro de família a todos os utentes e o reforço do número de psicólogos nos cuidados primários de saúde. No difícil quadro económico e social que se atravessa, são também

de realçar as propostas apresentadas pelo PCP para a gratuidade do acesso aos medicamentos pelos idosos, doentes crónicos e utentes com carência económica, a gratuidade do transporte não urgente de doentes, o apoio à aquisição de óculos e ortóteses e a eliminação de todas as taxas moderadoras, inclusive nos serviços de urgência.

Juventude

Tratando-se de políticas transversais, na área da juventude, o Grupo Parlamentar deu especial destaque a matérias como o combate à precariedade, o aumento geral dos salários e o acesso à habitação, a defesa da Escola Pública, e à defesa dos direitos de participação democrática, de que é exemplo o associativismo juvenil, cujos apoios temos acompanhado de forma próxima, incluindo com questionamento ao Governo.

Educação

Nesta Legislatura não foram tomadas medidas efetivas, que resolvessem problemas da Escola Pública como por exemplo, a carência de professores, que valorizassem a carreira dos professores, que combatessem a precariedade ou respondessem às necessidades específicas de cada estudante. Não foi por falta de proposta, porque o PCP apresentou ao longo da legislatura um conjunto de medidas que, aprovadas, efetivariam a Escola Pública gratuita, de qualidade, inclusiva para todos.

Destacam-se as seguintes propostas: contabilização integral do tempo de serviço de professores e educadores; regime específico de aposentação docente; vinculação extraordinária de todos os professores e educadores com 3 ou mais anos de serviço; eliminação das quotas e vagas para o 5.º e 7.º escalão; subsídios de alojamento e deslocação para professores, educadores e técnicos especializados, todas rejeitas pela maioria absoluta do PS.

Foram ainda apresentadas medidas de combate à precariedade dos trabalhadores das escolas - professores, educadores, técnicos especializados, auxiliares, administrativos - defendendo a vinculação de todos os que suprem necessidades permanentes e a contratação de todos os trabalhadores em falta. O PCP apresentou também um regime de contratação e colocação de psicólogos nos estabelecimentos público de ensino.

Interveio ainda para garantir o reforço da Ação Social Escolar, o alargamento da gratuidade dos manuais escolares e das fichas de exercícios, do material escolar, contribuindo para o alívio de encargos das famílias e para a defesa do direito à Educação dos estudantes. Defendeu ainda a redução do número de alunos por turma e a aprovação de novos modelos de avaliação dos alunos, assentes em princípios de avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime de provas de aferição.

Apresentou ainda uma proposta de alargamento da rede de ensino artístico especializado, o aumento das salas de educação pré-escolar e defendeu a garantia da concretização do direito à Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino Básico e ao desporto escolar em toda a escolaridade obrigatória. Apresentou ainda uma proposta de valorização dos recreios no sentido da promoção do seu papel pedagógico, lúdico e social.

Ensino Superior

No Ensino Superior, o PCP manteve a luta pelo direito de todos ao acesso aos mais elevados graus do ensino e do conhecimento. Deste modo, defendeu a abolição de todas as taxas e emolumentos, tal como as propinas, a par da valorização dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar, nomeadamente, com o aumento do valor e abrangência das bolsas de estudo, do valor do complemento de alojamento a todos os estudantes deslocados até ao 6.º escalão de rendimentos. Defendeu o investimento em serviços de saúde nas Instituições, em especial com a contratação de psicólogos.

Com o contributo do PCP foi também aprovada nesta legislatura a possibilidade de no Ensino Politécnico se poder conferir o grau de doutor.

Requereu também a presença da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em audição, sobre os altos níveis de precariedade entre os docentes do ensino superior e estagnação das carreiras.

Por fim, apresentou um modelo alternativo de financiamento do ensino superior, que tenha em conta o funcionamento das suas instituições, garantindo a estabilidade dos seus trabalhadores e a possibilidade de investimento em investigação. Ao mesmo tempo, defendeu a revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, revogando o regime fundacional e apresentou um regime alternativo de ação social escolar.

Ciência

Considerando ainda as necessidades e a realidade concreta dos bolsheiros de investigação científica, o PCP apresentou a eliminação das taxas de doutoramento, a atualização das bolsas de investigação e respetivas componentes, repondo os subsídios cortados.

Defendeu a integração na carreira de investigação científica de todos os investigadores que desempenham necessidades permanentes no Sistema Científico e Tecnológico Nacional, a valorização dos Laboratórios do Estado e um verdadeiro investimento na rede de Ciência Viva.

Comunicação Social

O PCP denunciou a degradação das condições de trabalho, designadamente a instabilidade e a precariedade e os baixos salários que afetam os trabalhadores da comunicação social, no sector público e privado, o que coloca em causa a liberdade de imprensa, assim como o ataque à pluralidade devido à crescente concentração da propriedade dos órgãos de comunicação social.

O PCP interveio ainda sobre os graves problemas na GMG, e nos órgãos de comunicação que integram o grupo. Apresentou um conjunto de requerimentos, para a audição de várias entidades, dirigentes sindicais, direções demissionárias, Ministro da Cultura e Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no sentido de contribuir para a rápida resolução do problema, garantindo sempre o respeito pelos direitos dos trabalhadores e o funcionamento dos órgãos de comunicação social que compõe a GMG.

Para além do reforço do montante da compensação indemnizatória da Lusa, e uma linha de financiamento para a sua modernização, foi proposto que o Estado adquirisse as participações no capital social da empresa, garantindo deste modo o seu controlo público.

O PCP propôs um reforço de verbas para a atualização tecnológica da RTP, tal como a integração de todos os trabalhadores em situação de precariedade na televisão pública.

Foi apresentado um conjunto de medidas de apoio à imprensa regional e local, como a aquisição de publicações periódicas por entidades públicas e por entidades sem fins lucrativos, a que se acrescentou um programa de apoio a fundo perdido à comunicação social regional e local com o objetivo de apoiar a imprensa escrita e as rádios regionais e locais.

Cultura

A democratização do acesso à cultura constitui a matriz em que assentou a intervenção no PCP, que se traduziu na defesa de um Serviço Público de Cultura, com um financiamento não inferior a 1% do Orçamento do Estado para a Cultura. Assim, defendeu o reforço do financiamento, nomeadamente no apoio às artes, assegurando o apoio a todas as candidaturas elegíveis, na salvaguarda do património cultural, assim como na dotação dos museus, palácios e monumentos nacionais, no cinema, garantindo que ICA e os apoios à produção cinematográfica teriam financiamento através de Orçamento do Estado. Defendeu a contratação, com vínculo permanente de todos os trabalhadores em falta nos serviços de cultura.

Nesta legislatura foi ainda proposto o aumento e a fixação da quota da música portuguesa na rádio, proposta que acabou aprovada, ainda que aquém dos 35%, proposto pelo PCP.

Defendeu-se o alargamento da gratuitidade dos museus, palácios e monumentos nacionais da administração central durante todo o fim de semana, e a valorização dos arqueólogos e dos trabalhadores na área do património cultural. O PCP opôs-se à reestruturação dos organismos da área do património cultural, opção que revela a intenção do PS de mercantilizar a Cultura.

Desporto

Na área do Desporto, o PCP apresentou as suas propostas relativamente à Proposta de Lei n.º 44/XV - Reforça os mecanismos de combate à violência no desporto, defendendo o fim das zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos e a eliminação da obrigatoriedade do registo dos grupos organizados de adeptos. Apresentou também um conjunto de propostas que responsabilizam os vários agentes desportivos, nomeadamente federações, ligas e clubes, a desenvolverem programas de consciencialização e prevenção destes comportamentos, direcionados a atletas, técnicos, árbitros e adeptos. Defendeu ainda programas direcionados para a população em idade escolar, sem descurar os encarregados de educação.

Apresentou também propostas de alteração ao Projeto de Lei n.º 348/XV – Aprova o regime específico relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais, do PS, que se encontrava ferido de inconstitucionalidades e ideias falaciosas

relativamente aos praticantes desportivos profissionais, e cujo intuito primeiro era favorecer as grandes seguradoras em prejuízo dos trabalhadores. O PCP, ao contrário do PS, defendeu o que versa o artigo 59.º da CRP, se um praticante desportivo sofre um acidente de trabalho deve ser devidamente reparado, tal como acontece com os restantes trabalhadores.

Defendeu-se ainda um conjunto de medidas alargado, onde se destacam: o reforço das verbas da Preparação Olímpica Paris 2024; a aprovação da Carta Desportiva Nacional; construção e renovação dos centros de alto rendimento, incluindo para desporto adaptado; aumento das verbas para o desporto escolar e alto rendimento; reembolso do IVA do equipamento desportivo; e isenção do IVA na aquisição, por parte dos clubes de veículos adaptados.

Habitação

O PCP apresentou Projetos de Lei e de Resolução para proteger o direito à habitação, regular preços, alargar a oferta de habitação pública e combater a especulação e os impactos da subida dos juros (colocando os bancos a pagar dos seus lucros milionários). Propusemos, assim, a aprovação de um regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação e que fosse travado o aumento das rendas, impedindo o maior aumento em 30 anos (medida que foi rejeitada pelo PS, PSD, CH e IL). Foi ainda proposta a criação de um regime especial de proteção dos inquilinos, limitando o valor dos novos contratos, garantindo a estabilidade no arrendamento e restringindo as situações de despejo; bem como o alargamento da oferta pública de habitação.

Transportes Públicos

O PCP promoveu audições na Comissão Parlamentar para dar a palavra a trabalhadores, utentes, responsáveis das administrações e do Governo sobre os graves problemas sentidos pelas populações no transporte fluvial, no metropolitano, sobre a situação da TAP e da segurança no transporte aéreo, tendo ainda apresentado propostas legislativas e orçamentais para o reforço da oferta do transporte público, a redução dos preços, a defesa do emprego com direitos (com destaque para os trabalhadores dos bares dos comboios e a sua integração na CP, que o Governo continua a não concretizar). Por requerimento potestativo do PCP, foi possível confrontar o Ministro com a privatização da TAP, que a interrupção da legislatura permite agora travar. Promovemos ainda o debate sobre o processo de decisão para a localização do Novo Aeroporto de Lisboa, com os alertas e posições do PCP (sobre o

NAL e sobre a privatização da ANA Aeroportos) a serem plenamente confirmados, quer pelo Tribunal de Contas, quer pela Comissão Técnica Independente. As propostas do PCP marcaram a diferença no debate e no processo de decisão sobre a Alta Velocidade Ferroviária, pela consideração de um novo corredor de ligação a Lisboa, pela margem esquerda do Tejo e de articulação com o Novo Aeroporto.

Comunicações

Na área das Comunicações, foi por iniciativa do PCP que o Governo foi chamado à AR para responder sobre o aumento brutal dos preços das telecomunicações e dos serviços postais, num contexto de degradação acentuada destes serviços públicos. Questionámos ainda o Governo sobre o abandono de vastas parcelas do território nacional com a falta de cobertura de comunicações móveis e de internet de banda larga, e apresentámos propostas no sentido da sua resolução, bem como da defesa do operador nacional de telecomunicações face à gravosa instabilidade, defendendo o seu controle público e o reforço do seu investimento no serviço às populações.

MPME's e Setores Produtivos

Em relação ao tecido empresarial, à defesa dos sectores produtivos e das micro pequenas e médias empresas, o PCP colocou na prioridade da agenda o tema dos salários e da produção nacional como fatores para a dinamização da economia, propondo medidas para a defesa da EFACEC contra a sua privatização, questionando o Governo sobre a situação de sectores industriais como o têxtil, face aos problemas e ameaças que enfrenta, ou a situação das MPME e a dificuldade no acesso aos apoios públicos e fundos comunitários.

Agricultura

A iniciativa dos deputados do PCP, centrou-se na defesa da pequena e média agricultura e agricultura familiar e do mundo rural e no incentivo à produção alimentar nacional, com a apresentação de propostas para combater os aumentos especulativos dos fatores de produção, garantir rendimentos dignos para os pequenos e médios agricultores e produtores pecuários, impedindo a destruição de valor na cadeia alimentar, promover o consumo e escoamento dos produtos locais, designadamente em cantinas públicas, proceder à revisão do PEPAC valorizando a pequena agricultura e garantindo as ajudas ligadas à produção, apoiar a produção de cereais e promover um regime de compras públicas de fatores de produção para que possam ser fornecidos à pequena agricultura a preços justos.

Destacam-se ainda a apresentação de medidas e respostas estruturais para fazer face aos problemas da seca no sector agrícola e pecuário, as iniciativas para a indemnização rápida aos agricultores pelos prejuízos provocados por animais selvagens e a iniciativa de restauração da Casa do Douro enquanto Associação Pública e respetivos estatutos, devolvendo a casa do Douro aos vitivinicultores durienses, esta última aprovada.

Pesca

Os deputados do PCP, entre outras propostas, apresentaram medidas para apoio aos custos com a gasolina na pesca, num regime semelhante ao que sucede com o gasóleo colorido e marcado e de controlo do aumento dos custos com combustíveis. Foi também apresentada uma iniciativa para a criação de um plano de apoio à renovação da frota pesqueira nacional, elemento fundamental para garantir condições de trabalho dignas e a segurança destes profissionais. Em defesa deste setor produtivo o PCP apresentou uma iniciativa para que a produção de eletricidade em eólica offshore fique subordinada às prioridades nacionais e salvguarde o exercício da atividade piscatória.

Floresta

O PCP apresentou um conjunto de propostas de alteração aos Orçamentos do Estado para 2022, 2023 e 2024 que, entre outros aspetos, se destinavam a apoiar os pequenos proprietários florestais na limpeza dos terrenos, no controlo da biomassa florestal residual e no controlo da proliferação de espécies invasoras e de reforço do ICNF. De igual modo o PCP apresentou iniciativas para responder à problemática dos incêndios, quer no que respeita nos apoios à recuperação de áreas ardidas e ações de emergência pós-incêndio, quer na valorização de medidas de proteção da floresta e dos rendimentos dos pequenos produtores florestais. Nesta área merece particular referência a proposta do PCP relativa ao Plano de Emergência para a Serra da Estrela, que incluía um conjunto de medidas fundamentais para a recuperação das áreas ardidas, reposição do potencial produtivo e recuperação ambiental da zona afetada

Ambiente

Na área do ambiente, o PCP defendeu a atualização da caracterização e diagnóstico do estado de conservação dos valores naturais em áreas protegidas, tendo sido aprovada uma proposta do PCP no

OE 2023 nesse sentido, com a respetiva verba orçamental, a qual ainda não foi concretizada, apesar de haver planos de ordenamento de áreas protegidas que datam de há mais de 10 anos.

Foram também propostos mais meios para a conservação da natureza, com a contratação de vigilantes da natureza e o reforço dos quadros do ICNF e a criação de um organismo de direção intermédia da Administração Pública por cada Área Protegida, com autonomia orçamental e uma direção própria.

Propôs o reforço de medidas para o bem-estar animal, com mais verbas para os CRO, para a contratação de médicos veterinários municipais, e para campanhas de esterilização.

O PCP apresentou também iniciativas no sentido de garantir o controlo público sobre o sector dos resíduos, e contra os negócios que continuam a alimentar-se de recursos públicos para gerar lucros de milhões, neste sector.

Foi proposto o aumento de meios para a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), no sentido de garantir o reforço da fiscalização em matéria ambiental.

O PCP assumiu a defesa da água como direito universal e serviço público, rejeitando propostas no sentido da sua privatização, e promovendo planos de gestão dos recursos hídricos que tenham em conta as disponibilidades e necessidades em cada uma das bacias hidrográficas, priorizando usos de acordo com critérios socialmente justos.

Poder Local

Na área das autarquias, a intervenção do PCP distinguiu-se pela defesa do aprofundamento da autonomia do Poder Local Democrático, pela reversão da transferência de competências na área da educação e pela denúncia do processo em curso de desresponsabilização do Governo da garantia de direitos fundamentais, transferindo encargos para as autarquias.

Destaca-se a apresentação do Projeto de Lei que altera o procedimento extraordinário de reposição de freguesias, propondo o alargamento por mais um ano para dar início ao processo de devolução das

freguesias e removendo obstáculos que impedem a reposição das freguesias onde seja essa a vontade das populações.

Considerando a consecutiva degradação da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos, a intenção de privatização e o encerramento de serviços públicos essenciais às populações do interior do país, o PCP no entendimento de que é ao Estado que incumbe assegurar as suas funções sociais e a prestação de serviços públicos de qualidade e de proximidade a todos os portugueses, apresentou um Projeto de Resolução a recomendar ao Governo a reabertura, durante o ano de 2024, dos serviços públicos encerrados, necessários às populações e geradores de postos de trabalho.

Consciente da realidade e das necessidades do Movimento Associativo Popular, designadamente no que respeita à regularização e segurança de instalações associativas de sedes e afins, enquanto propriedade própria coletiva cuja sua falta são um grave problema para dirigentes e autarcas que convivem de perto com as dificuldades que são bastante evidentes, o PCP apresentou um Projeto de Resolução no qual recomendava ao Governo o estabelecimento de um programa integrado para a prevenção de segurança e regularização de edifícios sede e similares de associações sem fins lucrativos.

Assuntos Constitucionais

Em matéria de assuntos constitucionais, para além do projeto de revisão constitucional e das propostas de alteração ao Regimento da AR, o GP do PCP apresentou um projeto de lei de combate às chamadas "portas giratórias" entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos e o respetivo regime sancionatório, um projeto de lei que altera o regime de fiscalização parlamentar do Sistema de Informações da República Portuguesa e garante o acesso da Assembleia da República a informações sob segredo de Estado e ainda um projeto de lei de redução das subvenções públicas aos partidos políticos e às campanhas eleitorais.

O PCP apresentou ainda um projeto de lei que limita a acumulação de subvenções e elimina regimes especiais de aposentação dos titulares de cargos políticos e equiparados. Propomos que seja fixado um limite, quando há acumulação de subvenção vitalícia com a reforma ou pensão, e que quando haja a acumulação prevista dela não possa resultar um montante superior ao do vencimento do cargo político que lhe deu origem.

Por outro lado, é importante que as mesmas regras se apliquem na esfera da administração pública e de empresas com intervenção preponderante do Estado. Dessa forma, é necessário criar mecanismos que impeçam a atribuição, em muitos casos a autoatribuição, de remunerações adicionais, prémios ou a criação de regimes especiais, designadamente no que se relaciona com as regalias por cessação de funções, reformas ou aposentações, de forma absolutamente discricionária aplicáveis a dirigentes ou nomeados da Administração Pública. O que se pretende com esta iniciativa é impedir a profusão de regimes especiais nas empresas públicas e outras entidades de carácter público e limitar a possibilidade de acumulação do que se auferir ao vencimento do seu lugar de origem.

Justiça

Além do conjunto de propostas apresentadas durante a discussão do Orçamento do Estado com vista a valorizar os profissionais e as condições de realização da Justiça, esta foi uma área de constante intervenção.

Foram apresentados projetos de lei em matérias tão diversas como a do regime de acesso aos “metadados”, a revogação dos “vistos gold” ou o fim do regime abusivo de atribuição de nacionalidade a descendentes de judeus sefarditas. Também em matéria de defesa do interesse público e da transparência foi proposta a proibição do recurso à arbitragem por parte do Estado em litígios que o envolvam em matéria administrativa e fiscal.

Relativamente ao funcionamento dos Tribunais, para atingir o necessário reforço de meios, o PCP propôs a incorporação do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais, assim como a conclusão da Revisão do Estatuto dos Funcionários Judiciais.

Foi ainda apresentado um projeto de lei no sentido da criação de uma unidade de missão para a revisão do regime das custas judiciais para que o acesso ao direito seja para todos os cidadãos e, em particular, foi apresentada uma iniciativa para atribuir automaticamente patrono às vítimas, para que possam ter toda a informação e apoio que necessitam no momento de maior vulnerabilidade.

Grande preocupação mereceu a reinserção e aos serviços prisionais, com a dinamização, por proposta do PCP, de inúmeras audições em sede de comissão de associações, sindicatos, instituições desta área de intervenção.

Foram apresentados projetos para a criação de uma carreira de técnico de reinserção da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, para eliminar as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas Regiões Autónomas e no sentido de serem realizadas a valorização salarial e promoções devidas a estes profissionais.

Foram aprovadas já em votação final global, duas iniciativas no âmbito do acolhimento e da adoção que têm a maior importância: a retoma das medidas de acolhimento e programa de autonomização de crianças e jovens em perigo e o alargamento de adoção de crianças até aos 18 anos. O PCP propôs ainda uma iniciativa para que sejam tomadas medidas de reforço das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

No âmbito do processo de naturalização de residentes em Portugal, o PCP propôs e foi aprovado que para o preenchimento do requisito que impõe um período mínimo de permanência em Portugal, se considera que o prazo de cinco anos para esse efeito tem em conta o período decorrido entre o início do procedimento administrativo de concessão de residência em território nacional e a emissão do respetivo título no caso de deferimento do requerimento do cidadão.

A gratuidade da emissão do primeiro pedido de Cartão de Cidadão e da renovação por causa não imputável ao próprio é da maior justiça para a generalidade dos cidadãos. O CC é algo indispensável à vida e cada cidadão e é do interesse geral que as pessoas disponham de documentação validade forma gratuita e com entrega normal no território nacional ou no estrangeiro.

No âmbito da defesa animal e do regime sancionatório dos maus-tratos a animais de companhia, o PCP, propôs no seu Projeto de Lei (983/XV-2.^a), que os maus-tratos a animais de companhia sejam incluídos na Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, sobre proteção aos animais, e que lhes seja aplicado um regime sancionatório contraordenacional compatível com a gravidade dos atos praticados.

Igualdade

No âmbito da Igualdade e do combate a todas as discriminações o PCP interveio ao nível dos Orçamentos do Estado e da atividade legislativa corrente.

Os objetivos das estruturas de Apoio à Vítima de Violência Doméstica exigem a dotação anual de verbas no Orçamento do Estado, que lhes permita um financiamento regular, estabilidade nos

recursos humanos e técnicos que assegurem de forma permanente o cumprimento dos seus objetivos no que concerne ao atendimento psicossocial, informação jurídica, entre outras necessidades no apoio às vítimas de violência doméstica que recorrem ou necessitem recorrer a estes serviços.

A prevenção e combate à violência doméstica não dispensa a necessidade de alargar a prevenção da reincidência desta prática exigindo que seja superado o grande défice relativamente aos Programas para agressores, com um significativo reforço das verbas para essa finalidade.

A valorização do importante papel das organizações não-governamentais de mulheres, cuja ação concorre para a defesa dos direitos das mulheres e a promoção da igualdade entre mulheres e homens, deve ter expressão concreta no reforço do apoio financeiro do Estado, por via do Orçamento do Estado, que permita assegurar o contributo e o desenvolvimento da sua atividade, tanto mais relevante quanto persiste o registo de discriminações e desigualdades no trabalho, na família, na vida social e política, e de todas as formas de violência sobre as mulheres.

A prostituição é um flagelo e uma forma de violência contra as mulheres e um atentado à dignidade e aos direitos de todas as mulheres e, por isso, deve ser prevenida e combatida.

Apresentámos ainda, uma proposta que visa dotar a tutela da Igualdade com os meios financeiros suficientes que lhe permitam criar e implementar um projeto de vida alternativo, acessível todas as pessoas que queiram fugir da prostituição.

Este projeto deverá conter as condições multidisciplinares consideradas necessárias, onde se incluam, entre outros, serviços de apoio educativo, laborais, habitacionais e de saúde (física e psicológica) para que a saída da prostituição das pessoas que decidam libertar-se dessa forma de violência seja uma realidade.

Para o PCP é claro que só o reforço da cooperação, dos meios financeiros e materiais necessários para o combate ao crime organizado, ao narcotráfico e lavagem de dinheiro, às redes internacionais de crime económico e financeiro, de prostituição e tráfico de seres humanos, pode produzir efeito na defesa das pessoas especialmente vulneráveis O tráfico de seres humanos para exploração laboral, sexual ou simplesmente para extorquir dinheiro sem qualquer outra finalidade é crime. Um crime verdadeiramente potenciado e alimentado pela pobreza, pelo desemprego, pela fome, pela falta de habitação, pela inexistência do eficaz combate que previna que as pessoas em situação de

vulnerabilidade caíam nas redes que negociam e têm lucros traficando pessoas com intuíto de exploração.

O PCP interveio ainda no sentido de dotar os serviços públicos e entidades que apoiam as comunidades migrantes da existência de uma bolsa de tradutores e intérpretes.

Administração Interna

O PCP apresentou diversas propostas com o objetivo de valorizar as condições de trabalho das forças e serviços de segurança. Propusemos o estatuto da condição policial, o estatuto do formador da PSP, o estatuto do pessoal da GNR, uma gestão democrática do Sistema de Assistência na Doença, o direito à greve, a fixação do suplemento de risco das Forças e Serviços de Segurança em € 450 e de valorização remuneratória e social dos trabalhadores deste setor, acompanhadas de medidas de higiene, saúde e segurança no trabalho.

As profissionais de forças de segurança que se encontrem grávidas são evidentemente isentas de realizar missões cuja exigência física seja incompatível com esse estado ou possam ser prejudiciais à sua saúde ou dos nascituros. No entanto, são diversas as situações em que estas profissionais deixam de auferir os suplementos correspondentes a essas missões, ficando objetivamente prejudicadas por motivo de gravidez.

O que o PCP propõe é que as profissionais que, por motivo de gravidez, deixem de desempenhar missões que impliquem suplementos remuneratórios sejam compensadas por essa perda através da percepção de um suplemento que corresponda à média dos suplementos auferidos nos últimos três meses anteriores à gravidez.

Para além das especificidades das funções desempenhadas e que significam trabalho por turnos, trabalho noturno, risco, desgaste, exigência, afastamento da família, há uma sobrecarga horária resultante da necessidade de melhorar o vencimento com recurso a serviços remunerados.

Tudo isto concorre para o impacto conhecido e estudado que o desempenho destas funções significa ao nível físico e psicológico, comprometendo a saúde destes homens e mulheres. O PCP pretende contribuir para ultrapassar as carências existentes e garantir a todos os profissionais o acesso e acompanhamento adequado na área da saúde mental.

A insuficiência de efetivo nas forças e serviços de segurança não pode ser contornada através do sacrifício dos direitos dos profissionais da PSP, GNR e Polícia Marítima. As dificuldades de atração para as carreiras devem ser ultrapassadas através da valorização das mesmas, dos salários e das condições de trabalho, tornando estas profissões mais atrativas e procedendo ao rejuvenescimento do efetivo e não através do condicionamento da aplicação dos estatutos profissionais em matérias de acesso à pré-reforma ou aposentação ao número eventual de admissões que irão ocorrer nestas forças e serviços de segurança. Assim, propusemos a eliminação da norma que estatui esse condicionamento aos direitos dos profissionais das forças e serviços de segurança.

Consideramos, por isso, inevitável a admissão de 3000 profissionais de acordo com um faseamento a estabelecer com os representantes dos profissionais do setor.

O PCP defendeu e propôs o estudo de uma solução de criação de uma força policial única.

Proteção Civil

Os Bombeiros são a principal força do sistema de proteção civil e asseguram, em todo o país, durante todo o ano, a emergência pré-hospitalar, socorro e resgate de vítimas de acidentes rodoviários, transporte de doentes não urgentes, combate a incêndios rurais, urbanos ou industriais, cheias e inundações. Prestam ainda outros serviços relevantes para as suas populações.

Por esse motivo, é imprescindível que seja financiada a atividade dos bombeiros e que simultaneamente exista um quadro de direitos que incentivem a integração nos corpos de bombeiros.

Um instrumento fundamental para a valorização dos bombeiros é o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental, apelidado Estatuto Social do Bombeiro, que resulta do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual que resulta das diversas alterações entretanto introduzidas.

Um dos direitos que está consagrado é relativo ao reembolso das propinas e das taxas de inscrição pagas pela frequência dos ensinos secundário ou superior. No entanto, a forma como a norma está redigida acaba por excluir muitos dos jovens estudantes que não cumprem com o requisito dos dois

anos de serviço efetivo. Tratando-se de jovens e de um reembolso anual, não se justifica a exigência deste requisito.

Para além das propostas no âmbito do Orçamento do Estado para 2023 e para 2024 relativamente aos bombeiros (de consagração do gasóleo verde para as viaturas, de 52 milhões de euros de transferência anual para as AHBV, de investimento de 80 milhões de euros em instalações e equipamentos) e de melhoramento da proteção social dos bombeiros (com o aumento do fundo de proteção social, a bonificação do tempo de serviço para efeitos de reforma e acesso à prestação social para a inclusão), o PCP apresentou projetos de resolução para uma nova política e proteção civil e de dotação do Estado Português com os meios aéreos necessários para as missões de proteção civil e nomeadamente de combate aos incêndios rurais.

O PCP propôs a transferência de fundos do PRR destinados à proteção civil para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil nos seguintes montantes: a) € 70.000.000 para obras de manutenção e requalificação em quartéis de bombeiros; b) € 30.000.000 destinados à retirada de fibrocimento das infraestruturas; c) € 660.000 para manutenção de veículos de combate a incêndios, considerando que só assim se repõe o desinvestimento de largos anos.

O PCP, ciente das justas reivindicações dos Bombeiros Sapadores apresentou um projeto de lei que definitivamente clarifica as questões suscitadas pelos Tribunais na aplicação da lei e repõe o pagamento dos subsídios a estes profissionais.

Defesa Nacional

Na área da Defesa Nacional, o PCP apresentou um conjunto de iniciativas legislativas, bem como propostas de alteração ao Orçamento do Estado, de onde destacamos o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes, o reforço dos direitos associativos dos militares das Forças Armadas, a valorização remuneratória e social dos militares das forças armadas, bem como a adoção de políticas que protejam os militares no seu direito à parentalidade.

Foi também apresentado um projeto de resolução sobre as Grandes Opções para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional no sentido de assegurar a soberania e a independência nacionais, sustentadas nos valores e princípios constitucionais.

Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Com a preocupação da defesa do Conselho das Comunidades Portuguesas, enquanto legítimo representante das comunidades portuguesas e dos seus interesses, inclusivamente do seu direito a um regular funcionamento, o PCP, que ao longo de diversas Legislaturas tem apresentado iniciativas legislativas tendentes a valorizar e reforçar este órgão que tem como missão a ligação mais estreita entre Portugal e as Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo, mas também pela necessidade de criar um instrumento que possibilite a definição de políticas mais próximas das aspirações dos portugueses residentes no estrangeiro e reforce o seu funcionamento, apresentou um projeto de lei e posteriormente propostas de alteração à atual lei enquadradora do funcionamento do Conselho.

Assim, o PCP propôs que o Conselho tivesse 100 membros como forma de assegurar a representatividade das comunidades, reforçamos as suas competências; prevemos serviços de apoio e meios financeiros próprios e dignos com vista o cumprimento das suas competências em prol dos portugueses residente no estrangeiro e consideramos a sua audição obrigatória nas matérias que diretamente lhes diga respeito.

No âmbito internacional, e tendo em conta a escalada de violência na Palestina e em Israel e dos 75 anos de política de ocupação e de violação do direito internacional por parte de Israel, o PCP apresentou um voto (n.º 471/XV) onde manifesta o seu pesar pelas vítimas da atual escalada de violência na Palestina e em Israel, assim como pelas dezenas de milhares de vítimas palestinianas, sírias, libanesas, egípcias, jordanas e israelitas em resultado de 75 anos de negação dos direitos do povo palestiniano e de violações do direito internacional por parte de Israel e onde afirma a necessidade de uma solução política que garanta a concretização do direito do povo palestiniano a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, conforme as resoluções pertinentes da ONU.

Igualmente, o PCP tomou a iniciativa de apresentar um Projeto de Resolução (961/XV-2.^a), recomendando ao Governo português o reconhecimento do Estado da Palestina.

Tendo presente o Projeto de Resolução n.º 72/XII/1.^a, «Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina», apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP a 14 de setembro de 2011, e o debate que esta iniciativa então suscitou na Assembleia da República. É urgente que Portugal

reconheça o Estado da Palestina, nas fronteiras anteriores a 1967 e com capital em Jerusalém Oriental, conforme determinado pelas resoluções das Nações Unidas e assuma essa posição no âmbito da Organização das Nações Unidas e noutras instâncias internacionais em que está presente

Em dezembro de 2023 por iniciativa dos Deputados do PCP, vários Deputados da Assembleia da República subscreveram o apelo “pelo estabelecimento de um cessar-fogo imediato, duradouro e sustentado que conduza à cessação da atual escalada de violência na Faixa de Gaza, na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental e em Israel”, associando-se ao apelo da ONU e à exigência de milhões de pessoas por todo o mundo.

2. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo

- **Interpelação ao Governo - [A degradação do poder de compra dos trabalhadores e dos reformados, o agravamento das desigualdades e a injusta distribuição da riqueza](#) (04/01/24)**

Intervenção de Bruno Dias - [«O que o novo ano trouxe, mais uma vez, foram novos aumentos de preços!»](#)

Intervenção de Bruno Dias - [«A estabilidade que o PS quer não é aquela que serve aos portugueses e a quem cá vive e trabalha»](#)

Intervenção de Duarte Alves - [«A marca que fica desta maioria absoluta é a concentração ainda maior da riqueza e a degradação das condições de vida da população»](#)

Intervenção de Alma Rivera - [«A política do PS tem sido ser muito forte com os fracos, mas muito fraco com os fortes»](#)

Intervenção de João Dias - [«Não estamos condenados a viver na miséria e na pobreza»](#)

Intervenção de Bruno Dias - [«No chão da fábrica os trabalhadores são confrontados com a exploração e o ataque aos direitos»](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [«Não podemos manter este modelo baseado em baixos salários e na distribuição muito desigual da riqueza que os trabalhadores criam»](#)

Intervenção de Paula Santos - [«Neste debate ficou demonstrado o desfasamento do discurso do Governo do PS com a realidade»](#)

- **Agendamento Potestativo - [PCP leva a debate direitos no trabalho](#) (20/12/23)**

Projeto de Lei n.º 968/XV/2 - [Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos](#)

Projeto de Lei n.º 969/XV/2 - [Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores](#)

Projeto de Lei n.º 964/XV/2.ª - [Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador](#)

Projeto de Lei n.º 965/XV/2 - [Revoga o regime de caducidade da contratação coletiva](#)

Intervenção de Paula Santos - [«O PCP não desiste e insistirá, as vezes que for preciso, para defender e conquistar direitos laborais e para elevar as condições de vida»](#)

Intervenção de Bruno Dias - [«O trabalho noturno tem de ser a exceção e não a regra»](#)

Intervenção de Duarte Alves - [«Como podem as mais jovens gerações ambicionar um futuro no país se o cenário de precariedade e baixos salários se mantém?»](#)

Intervenção de João Dias - [«Os trabalhadores não esquecem a política do PSD de corte de direitos e de salários»](#)

Intervenção de Duarte Alves - [«Os lucros dos grandes grupos económicos contrastam profundamente com as dificuldades de quem trabalha»](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [«A chamada agenda do trabalho digno do governo PS não diminui a precariedade»](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [«Esta é a oportunidade para o PS emendar a mão e repor direitos dos trabalhadores»](#)

- **Debate de atualidade – [sobre o início do ano letivo](#) – (22/09/23)**

Intervenção de Alfredo Maia - [São urgentes medidas de defesa da Escola Pública](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Reduzir o número de alunos por turma e contratar trabalhadores imprescindíveis para a recuperação de aprendizagens](#)

Intervenção de Alma Rivera - [O Governo PS sacrifica a vida dos jovens estudantes em nome das contas certas](#)

Intervenção de Paula Santos - [É inconcebível que o governo do PS opte por não resolver os problemas da Escola Pública!](#)

- **Debate temático sobre Saúde - (15/09/23)**

Intervenção de João Dias - [44 anos de SNS e de capacidade de resistir e responder à saúde da população](#)

Intervenção de João Dias - [O que se exige é uma outra política de saúde que valorize o SNS a começar pelos seus profissionais!](#)

Intervenção de João Dias - [Podem contar com o PCP na defesa inabalável do SNS](#)

- **Agendamento Potestativo - [Promover uma política de justiça fiscal](#) (07/07/23)**

Projeto de Lei n.º 839/XV/1.ª - [Promover uma política de justiça fiscal - Aliviar os impostos sobre os trabalhadores e o povo, tributar de forma efetiva os lucros dos grupos económicos](#)

Intervenção de Duarte Alves - [PCP apresenta propostas para uma política fiscal mais justa](#)

Intervenção de Duarte Alves - [Querem aproveitar o real sentimento de sobrecarga sobre rendimentos do trabalho para justificar alívio fiscal aos grandes grupos económicos](#)

Intervenção de Manuel Loff - [No OE 2020, o PSD juntou-se ao PS para impedir a redução do IVA na eletricidade](#)

Intervenção de João Dias - [Com o impacto financeiro do fim do prazo de reporte de prejuízos fiscais o PS não se preocupa](#)

Intervenção de Alma Rivera - [Vai o PS, no Orçamento do Estado de 2024, finalmente atualizar a dedução específica?](#)

Intervenção de Bruno Dias - [Quem cria riqueza empobrece a trabalhar mesmo com pequenos aumentos](#)

Intervenção de Paula Santos - [Neste debate ficou claro quem defende uma justa política fiscal e quem só está para favorecer os grupos económicos e as multinacionais](#)

- **Interpelação ao Governo - [Agravamento das condições de vida, no combate às desigualdades e injustiças sociais, e na degradação do acesso a serviços públicos que asseguram o cumprimento de direitos fundamentais](#) (28/06/23)**

Intervenção de Bruno Dias - [Nas contas certas do governo PS, não cabem os problemas dos trabalhadores](#)

Intervenção de Bruno Dias - [Em Portugal quem cria riqueza que é quem trabalha, está a empobrecer](#)

Intervenção de Alma Rivera - [A única forma de sair da pobreza é com o aumento do salários e não com apoios esporádicos](#)

Intervenção Manuel Loff - [A atualização das pensões não chega para recuperar o poder de compra](#)

Intervenção de João Dias - [A degradação dos serviços públicos imposta pelo governo, é o empobrecimento da população](#)

Intervenção de Duarte Alves - [O que é justo é baixar os impostos dos trabalhadores e tributar os grandes lucros](#)

Intervenção de Paula Santos - [É por opção política que o PS governa contra os trabalhadores em função dos grupos económicos](#)

Intervenção de Paula Santos - [A resposta aos problemas exige a rutura com as opções da política de direita](#)

- **Debate com a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola - (16/06/23)**

Intervenção Paula Santos - [A UE disponibiliza milhões de euros para armamento enquanto recusa a valorização de salários e pensões](#)

- **Debate de Atualidade - [A situação da ferrovia nacional](#) (19/04/23)**

Intervenção de Bruno Dias - [É possível, é urgente, é indispensável, uma política alternativa, que defenda a ferrovia](#)

Intervenção de Duarte Alves - [Tem havido um subfinanciamento do ministério das finanças nos serviços públicos e a ferrovia não é exceção](#)

Intervenção de João Dias - [A linha do Alentejo existe e não pode ser ignorada!](#)

Intervenção de Paula Santos - [O País precisa dos investimentos para a modernização da ferrovia que tardam](#)

- **Debate de Urgência - [Especulação de preços de bens essenciais e as medidas para a travar](#) (16/03/23)**

Intervenção de João Dias - [Os portugueses estão confrontados com um brutal aumento do custo de vida enquanto quem explora e especula vê os seus lucros aumentar vergonhosamente](#)

Intervenção de João Dias - [Estamos nesta situação porque PS, PSD, IL e Chega rejeitaram a proposta do PCP sobre as margens excessivas](#)

Intervenção de João Dias - [Perante o aumento brutal dos preços dos bens alimentares o governo apresenta um selo](#)

Intervenção de João Dias - [Perante o sofrimento dos portugueses a Iniciativa Liberal responde com gracinhas](#)

Intervenção de Duarte Alves - [A espiral inflacionista vem do aumento das margens de lucro](#)

- **Debate temático proposto pelo PAR sobre a situação da Ucrânia - (24/02/23)**

Intervenção de Paula Santos - [Defendemos a solução pacífica dos conflitos internacionais – não a escalada de confrontação e guerra](#)

Intervenção de Bruno Dias - [Também na Ucrânia, o compromisso do PCP é com a Paz](#)

- **Agendamento Potestativo - [Travar a subida das prestações das famílias e pôr os lucros dos bancos a suportar as subidas das taxas de juro](#) (15/02/23)**

Projeto de Lei n.º 452/XV/1.ª - [Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação](#)

Intervenção de Paula Santos - [É a banca que deve suportar o aumento das taxas de juro e não as famílias](#)

Intervenção de Bruno Dias - [Avançar na resposta aos problemas da habitação. Assim haja coragem política!](#)

Intervenção de João Dias - [Quantas famílias mais vão ter de empobrecer para pagar os lucros da banca?](#)

Intervenção de Bruno Dias - [PS, PSD e Chega convergem no apoio aos lucros da banca](#)

Intervenção de Alma Rivera - [Fica muito mal a desonestidade do governo PS que não opta pelas soluções para os problemas da habitação](#)

Intervenção de Duarte Alves - [Do que é que está à espera o PS para fazer «qualquer coisinha de esquerda»?](#)

Intervenção de Duarte Alves - [O governo PS podia, mas não revogou a lei dos despejos](#)

Intervenção de Bruno Dias - [Os bancos devem estar ao serviço do povo e do país e não o contrário](#)

- **Debate de Atualidade - [Defender a Escola Pública, respeitar e valorizar os Professores e Educadores](#) (25/01/23)**

Intervenção de Alfredo Maia [Defender a Escola Pública, respeitar e valorizar os Professores e Educadores](#)

Intervenção de Alfredo Maia [Restituir aos professores e educadores os 6 anos, 6 meses e 23 dias que lhes foram roubados](#)

Intervenção de Paula Santos [Se o PS, PSD, IL e Chega tivessem votado a favor da proposta do PCP, os professores já tinham o tempo de serviço contado](#)

Intervenção de Alma Rivera [Que não falem as forças aos professores porque é a sua luta que será determinante para a sua valorização](#)

- **Interpelação ao Governo - [sobre política geral, centrada nas soluções para a defesa do poder de compra e das condições de vida do povo, travando o aumento de preços e assegurando o aumento dos salários e pensões](#) (06/07/22)**

Intervenção de Bruno Dias - [«O Governo tem de responder pelas opções políticas que insiste em manter face ao agudizar dos problemas nacionais»](#)

Intervenção de Bruno Dias - [«O papel do Estado não é de financiar os lucros dos grupos económicos»](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [«A resposta que é urgente dar aos trabalhadores e aos reformados é a da valorização geral dos salários e o aumento extraordinário das pensões para todos»](#)

Intervenção de Alma Rivera - [O Governo fala em trabalho digno mas empurra os jovens para a precariedade](#)

Intervenção de João Dias - [Perante a espiral de aumentos dos preços dos bens alimentares o governo não assume as suas responsabilidades](#)

Intervenção de Bruno Dias - [«Nós afirmámos desde o princípio que era preciso baixar os impostos – mas isso não ia ser suficiente! E aí está a confirmar-se tudo o que nós dissemos!»](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [«Os trabalhadores do nosso país não têm que estar sujeitos aos baixos salários, à precariedade, à exploração, à chantagem e à repressão»](#)

Intervenção de Paula Santos - [«Não há nada que impeça o Governo de dar a resposta necessária aos problemas. Não o faz porque não quer enfrentar os interesses dos grupos económicos»](#)

3. Comissões Eventuais e de Inquérito

Comissão Eventual Para a Revisão Constitucional

[Consultar trabalhos](#)

A intervenção do PCP na Comissão - [consultar](#)

Projeto de Revisão Constitucional nº 6/XV/I – [apresentado pelo PCP](#)

Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP (concluída)

A intervenção do PCP na Comissão - [consultar](#)

Intervenção de Bruno Dias, Plenário da AR – Discussão do relatório - [A TAP cria riqueza em Portugal e temos de a defender como empresa pública](#)

4. Debates com Primeiro-Ministro e Governo sobre Política Geral e Sectorial

| Data | Debate | Tema |
|----------|---|--|
| 18/10/23 | Debate com o primeiro-ministro | É urgente aumentar salários e pensões para fazer face ao elevado custo de vida e ao aumento insuportável dos preços da habitação O Governo deixa definhar o SNS recusando responder às reivindicações dos profissionais de saúde |
| 24/05/23 | Debate GOV. Política Geral - PM | Os trabalhadores e as famílias estão a empobrecer a trabalhar enquanto os grupos económicos acumulam lucros O Governo insiste em avançar com o processo criminoso de privatização da TAP Vai o Governo acompanhar o PCP no reforço da fiscalização parlamentar? Não é tempo de proteger as famílias e pôr a banca a pagar o aumento das prestações? Encerrar serviços de saúde não resolve nenhum problema e só beneficia os grupos privados |
| 27/04/23 | Debate GOV. Política Setorial - MCTES | Não pode haver aposta no emprego científico quando 80% dos investigadores e bolseiros são precários Senhora Ministra quando é que o Governo acaba com as propinas? O Governo está a naturalizar a precariedade na Ciência Onde é que estão as camas e as residências universitárias prometidas pelo Governo? |
| 22/03/23 | Debate GOV. Política Geral - PM | O compromisso do Governo é com os grupos económicos sacrificando salários e pensões e fazendo regressar a fome O Governo não só não garante habitação como incentiva a especulação Pela integração urgente dos trabalhadores dos bares da CP nos quadros do CP Quer na saúde, quer na educação, o Governo não enfrenta os problemas, agrava-os A intenção do Governo é criar as condições para justificar a privatização do transporte público fluvial Depende do Governo PS resolver os problemas da saúde e da educação não o faz porque não quer É possível reduzir a dívida, sim, mas fazê-lo graças ao crescimento económico, e não à custa do crescimento – e à custa das condições de vida do Povo! |
| 17/03/23 | Debate GOV. participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente | Sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente |
| 09/02/23 | Debate GOV. Política Setorial - Min. Eco | Toda a riqueza que está a ser criada não está a ir para quem a criou: os trabalhadores! A EFACEC e a TAP já não existiriam hoje se têm ficado em mãos privadas O governo PS não faz o que devia fazer: aumentar salários e pensões O que pagamos a mais pela comida e energias vai para os lucros das grandes empresas |
| 11/01/23 | Debate GOV. Política Geral - PM | O problema do SNS não se resolve com o encerramento de serviços mas sim com o seu reforço Não é com vínculos precários que se atraem professores. É com a valorização da carreira e da profissão É de uma enorme injustiça que haja estruturas que fiquem sem apoio, mesmo cumprindo os critérios dos concursos |
| 13/12/22 | | Só com trabalhadores valorizados podemos ter uma administração pública que dê resposta às necessidades dos cidadãos |

| | | |
|------------|--|---|
| | Debate GOV. Política Setorial - MP | O tempo vai passando e o Governo continua a não resolver os problemas da precariedade e do PREVAP |
| 14/10/22 | Debate GOV. Política Setorial - ME | A falta de professores agrava-se, PS e PSD chumbam propostas do PCP para combater este problema Há muitas crianças de famílias pobres que continuam excluídas de apoios da Ação Social Escolar |
| 29/09/22 | Debate GOV. Política Geral - PM | «O Governo recusa o aumento dos salários e pensões e pratica uma política de empobrecimento forçado aos portugueses» «Há um ano o PS recusava-se a fazer o investimento necessário nos serviços públicos. O resultado está à vista» |
| 21/04/22 | Debate GOV. participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente | «Portugal não deve permitir a outros, mesmo enquanto aliados, que o substituam no exercício dos direitos de soberania constitucionalmente consagrados» |
| 22/06/22 | Debate GOV. Política Geral - PM | A defesa do SNS não se resolve com proclamações, mas sim com medidas concretas e urgentes Falta de professores: «O que está a fazer o Governo para garantir que todos os alunos tenham professor no próximo ano letivo?» É tempo de o Governo tomar medidas de controlo e fixação de preços e aumentar salários e pensões Causas do caos no Aeroporto de Lisboa Creche gratuita: «Vai ou não o Governo cumprir o que ficou estabelecido por iniciativa do PCP?» |
| 16/06/2021 | Debate GOV. Política Setorial - MAAC | É tempo de agir, sim – mas com ações concretas de conservação da natureza e restauro de habitats É urgente travar a subida do preço da eletricidade Valorizar os trabalhadores, garantir transportes de qualidade para os utentes e as populações São necessárias soluções e respostas para as vulnerabilidades da Floresta Nacional |
| 12/05/2021 | Debate GOV. Política Geral - PM | Combater a exploração dos trabalhadores que tudo sacrifica à acumulação do lucro Sobre processo de vacinação, contratação de enfermeiros para o SNS e o Hospital Central do Alentejo |
| 28/04/2021 | Debate GOV. Política Setorial - MEP | Sempre que falham direitos e apoios sociais há retrocessos nas políticas de igualdade É necessário garantir direitos e uma política de integração dos trabalhadores imigrantes em Portugal |
| 17/03/2021 | Debate GOV. Política Geral - PM | O Governo pondera ou não assumir a opção soberana de diversificação da aquisição de vacinas? Aplicar o direito do trabalho que existe e defender os direitos dos trabalhadores em teletrabalho |
| 03/03/2021 | Debate GOV. Política Setorial - MNE | Que medidas é que o Governo vai tomar para diversificar a aquisição de vacinas? Desenvolver o País exige questionar as regras do Tratado Orçamental e do Pacto de Estabilidade |
| 19/01/2021 | Debate GOV. Política Geral - PM | «Os problemas do País são amplos e profundos e a resposta do Governo também tem de o ser» |
| 11/12/2020 | Debate GOV. Política Setorial - Min. Eco | PCP confronta Ministro da Economia com problemas sentidos pelas MPME Sobre a situação na EFACEC e a defesa dos postos de trabalho |

07/10/2020 Debate GOV.
Política Geral -
PM

[«O desenvolvimento do País e a resposta à crise exigem o aumento dos salários de todos os trabalhadores»](#)

5. Declarações Políticas

| Data | Deputado | Tema |
|------------|----------------|--|
| 27/09/2023 | Bruno Dias | A crise na Habitação, os anúncios do Governo e a luta das populações |
| 25/05/2023 | Alma Rivera | O governo e os que com ele convergem pode insistir na política de direita, que a necessidade de uma vida justa falará sempre mais alto |
| 04/05/2023 | Paula Santos | O Governo descredibiliza-se pelos casos que cria e sobretudo pela falta de resposta aos problemas laborais, económicos e sociais |
| 25/04/2023 | Manuel Loff | Sessão Solene Comemorativa do 49.º Aniversário do 25 de Abril |
| 12/04/2023 | Paula Santos | A falta de resposta do Governo aos problemas do País |
| 30/03/23 | Manuel Loff | Toda a história está feita de luta por direitos, de resistência à opressão e à exploração |
| 16/03/23 | Paula Santos | Sobre a situação dos trabalhadores da comunicação social |
| 01/03/23 | Paula Santos | O que falta nos bolsos dos trabalhadores e reformados, sobra nos bolsos dos grupos económicos |
| 16/02/23 | Alma Rivera | O que irá ditar o futuro é a força dos trabalhadores: a sua unidade, determinação e coragem |
| 02/02/23 | Alfredo Maia | O Governo e o PS não têm para o Trabalho uma agenda digna» |
| 14/12/22 | Duarte Alves | Portugal precisa de arrear caminho nas políticas de urbanismo e ordenamento do território |
| 07/12/22 | Paula Santos | Foi opção do Governo e do PS deixar mais de 100 estruturas culturais sem apoios |
| 12/10/22 | Paula Santos | Em defesa da TAP, pelo controlo público da companhia aérea de bandeira |
| 23/09/22 | Alma Rivera | Sessão Solene 200º aniversário Constituição 1822 |
| 14/09/22 | Paula Santos | Não se resolve o problema da falta de professores atacando os seus direitos |
| 15/06/22 | João Dias | Salvar o Serviço Nacional de Saúde é urgente! |
| 02/06/22 | Diana Ferreira | Cumprir os direitos laborais e aumentar os salários para cumprir os direitos das crianças |
| 27/04/22 | Diana Ferreira | Salários valorizados, trabalho com direitos, estabilidade e segurança no emprego e horários dignos! |
| 25/04/22 | Paula Santos | Sessão Solene Comemorativa do 48.º Aniversário do 25 de Abril |
| 13/04/22 | Bruno Dias | O aumento do custo de vida e as opções do Governo |

6. Debate do Programa do Governo

[Discussão do Programa do XXIII Governo Constitucional \(7/04/22\)](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [A realidade nacional reclama uma política que ponha um travão ao aumento do custo de vida](#)

Intervenção de Paula Santos - [É preciso reforçar os direitos sociais, na saúde, na proteção social, na educação, na habitação ou na cultura](#)

Intervenção de João Dias - [É preciso assegurar a comida na mesa dos Portugueses substituindo importações pela produção nacional](#)

Intervenção de Bruno Dias - [O País precisa é mesmo de mais investimento, particularmente produtivo, e isso exige uma estratégia de investimento público](#)

Intervenção de Paula Santos - [O Governo admite ou não admite avançar com o fundo de apoio à tesouraria das MPME?](#)

Intervenção de Bruno Dias - [É particularmente significativo que, na área da energia, o Programa de Governo não tenha introduzido nem uma medida relativa às tarifas energéticas](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [O caminho de mercantilização do ambiente e da natureza tem que ser revertido, mas no programa do Governo essa não é uma opção](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [O brutal aumento do custo de vida que está a ser imposto é também uma forma de cortar salários e pensões](#)

Intervenção de João Dias - [Como pode um jovem ser autónomo sem saber se terá emprego amanhã ou sabendo que em breve será substituído por outro?](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [Garantir a resposta global aos problemas do País, assegurar o desenvolvimento soberano e um futuro de progresso e justiça social](#)

7. Debate do Orçamento do Estado

Debate do Orçamento do Estado para 2024

O Orçamento do Estado na página do PCP - <https://www.pcp.pt/oe2024>

Proposta de Lei n.º 109/XV/2ª - [Aprova o Orçamento do Estado para 2024](#)

Lei n.º 82/2023 - [Orçamento do Estado para 2024](#)

Comissão de Orçamento e Finanças - [OE2024](#)

Debate na Generalidade do OE2024 (30/10/23)

Intervenção de Paula Santos - [A proposta de Orçamento não resolve os problemas do País e aprofunda as desigualdades e as injustiças](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Os aumentos das pensões estão longe de compensar a penalização imposta aos reformados e pensionistas](#)

Intervenção de João Dias - [O que precisamos é de criar condições dignas de trabalho para os profissionais de saúde no SNS](#)

Intervenção de Duarte Alves - [O Governo continua a ignorar a necessidade de tributar em Portugal os lucros, que têm aumentado à custa das famílias e de quem trabalha](#)

Intervenção de Duarte Alves - [Um Orçamento fraco com os fortes, forte com os fracos e que empobrece o País](#)

Intervenção de Duarte Alves - [O Governo deixa ser sempre por executar o orçamento previsto para os Serviços Públicos](#)

Intervenção de Alma Rivera - [Os serviços públicos vão funcionando à custa de trabalhadores desvalorizados](#)

Intervenção de Bruno Dias - [Temos com a decisão deste Governo do PS o maior aumento das rendas em 30 anos](#)

Intervenção de Paula Santos - [O Governo optou por um orçamento que limita o aumento dos salários e das pensões](#)

Debate na Especialidade do OE2024 – Debate na Comissão

Intervenções dos Deputados do PCP nos debates com os vários Ministros - [consultar](#)

A intervenção e as propostas do PCP

Propostas de alteração do PCP ao Orçamento do Estado - [consultar](#)

Debate na Especialidade e votação final do OE2024 – Plenário

Intervenção de Duarte Alves - [Esta proposta de Orçamento do Estado é uma oportunidade perdida](#)

Intervenção de Paula Santos - [Aumentar os salários em 15%, no mínimo de 150 euros, é o que se exige](#)

Intervenção de Paula Santos - [A vida dos trabalhadores não são números, os trabalhadores precisam de aumentos salariais](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Aprovem a proposta do PCP pela contagem do tempo de serviço dos professores](#)

Intervenção de Alma Rivera - [PCP com propostas para valorizar e dignificar os profissionais das forças e serviços de segurança](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Propomos a atualização de todas as pensões em 7,5% e em pelo menos 70€ para todos os pensionistas](#)

Intervenção de Alma Rivera - [Veremos quem vota contra a proposta do PCP pela extinção das custas processuais](#)

Intervenção de Paula Santos - [Está na hora de pôr fim à injustiça e recuperar o tempo de serviço dos professores](#)

Intervenção de Paula Santos - [Quando houve possibilidade de devolver o tempo de serviço aos professores, o PSD votou contra com o PS](#)

Intervenção de João Dias - [O aumento dos salários de todos os trabalhadores da saúde é urgente, é necessário e é possível!](#)

Intervenção de Bruno Dias - [Se fosse pela vontade da IL a TAP já estava destruída](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O reforço da Ação Social Escolar é fundamental para a igualdade de oportunidade no ensino](#)

Intervenção de Paula Santos - [É preciso romper com a política de subfinanciamento e mercantilização da cultura](#)

Intervenção de João Dias - [Pelo apoio ao acesso a cuidados médicos e equipamentos essenciais](#)

Intervenção de Bruno Dias - [As pessoas não apanham as contas certas para ir trabalhar, é preciso investimento nos transportes públicos](#)

Intervenção de Bruno Dias - [Não há falta de casas, o que falta são casas que as pessoas possam pagar](#)

Intervenção de Bruno Dias - [A TAP já não existia se estivesse nas mãos do privado. Hoje que está bem não podemos entregá-la ao estrangeiro](#)

Intervenção de João Dias - [O PCP insiste no controlo e fixação dos preços do cabaz alimentar essencial](#)

Intervenção de Bruno Dias - [É urgente proteger os inquilinos perante os insuportáveis aumentos das rendas e os desalojamentos](#)

Intervenção de Bruno Dias - [É vergonhoso que o PS dê a mão a Chega, PSD e IL para desproteger quem não consegue pagar a renda](#)

Intervenção de João Dias - [PSD, IL e Chega estão ansiosamente à espera da oportunidade para destruir o SNS](#)

Intervenção de Duarte Alves - [O Governo PS prossegue neste Orçamento uma política de agravamento das injustiças fiscais](#)

Intervenção de Duarte Alves - [PS, PSD, Chega e Iniciativa Liberal apoiam uma política de benefícios fiscais para o capital](#)

Intervenção de Duarte Alves - [Propostas do PCP para baixar o IVA em produtos alimentares, telecomunicações, gás e eletricidade](#)

Intervenção de Duarte Alves - [O IUC foi uma manobra de diversão para distrair que no fundamental PS não se distingue de PSD, Chega e IL](#)

Intervenção de Duarte Alves - [O injusto regime dos residentes não habituais custa ao país 1500 milhões de euros por ano](#)

Intervenção de Duarte Alves - [O que é necessário é IVA da eletricidade e do gás a 6% como propõe o PCP](#)

Intervenção de Duarte Alves - [Propomos a tributação dos lucros dos grandes grupos económicos e a revogação de benefícios fiscais](#)

Intervenção de Duarte Alves - [PCP propõe uma taxa especial para tributar as transferências para os paraísos fiscais](#)

Intervenção de João Dias - [O Governo PS continua a falhar com os profissionais do SNS ao não aplicar a dedicação exclusiva para médicos e enfermeiros](#)

Intervenção de João Dias - [O "acordo" do Governo PS é um desrespeito para com os médicos porque aumenta a carga horária](#)

Intervenção de Bruno Dias - [PS e PSD subsidiam com dinheiros públicos os lucros da banca e atacam o direito à habitação](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O PSD não pretende genuinamente a reposição integral do tempo de serviço dos professores](#)

Intervenção de Paula Santos - [Mais desigualdades e injustiças na vida dos trabalhadores e do povo. Este é o legado da maioria absoluta do PS](#)

Debate do Orçamento do Estado para 2023

O Orçamento do Estado na página do PCP - <https://www.pcp.pt/oe2023>

Proposta de Lei n.º 38/XV/1ª - [Aprova o Orçamento do Estado para 2023](#)

Lei nº24-D/2022 – [Orçamento do Estado para 2023](#)

Comissão de Orçamento e Finanças - [OE 2023](#)

Debate na Generalidade do OE2023 (26/10/22)

Intervenção Jerónimo de Sousa - [O Governo, através do Orçamento do Estado, impõe uma política de empobrecimento forçado do povo](#)

Intervenção de João Dias - [Quando são necessários apoios às MPME o governo escolhe favorecer os grandes grupos económicos](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Por muito que o Governante negue, o Orçamento do Estado confirma o corte nas reformas e pensões devidas em 2023](#)

Intervenção de Bruno Dias - [Para o governo PS há despesa e despesa: Para o povo lá vem o argumento da dívida, para os mais ricos e para o poder económico, a dívida pública desaparece!](#)

Intervenção de Bruno Dias - [Com este orçamento as contas certas são para os grandes grupos económicos com os maiores lucros de sempre](#)

Intervenção de Alma Rivera - [Há o OE2023 do governo e há o orçamento das pessoas e com o que elas têm de viver](#)

Intervenção de Paula Santos - [O Governo PS opta pela degradação dos serviços públicos e pela desvalorização dos seus trabalhadores](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [Um Orçamento que compromete o futuro e que põe os trabalhadores a pagar a gula dos grupos económicos](#)

Debate na Especialidade do OE2023 – Debate na Comissão

Intervenções dos Deputados do PCP nos debates com os vários Ministros - [consultar](#)

A intervenção e as propostas do PCP

Propostas de alteração do PCP ao Orçamento do Estado - [consultar](#)

Debate na Especialidade e votação final do OE2023 – Plenário

Intervenção de Bruno Dias - [A proposta de OE do Governo é um programa de aprofundamento das desigualdades e das injustiças](#)

Intervenção de Paula Santos - [Valorizar e reforçar direitos dos trabalhadores da Administração Pública](#)

Intervenção de João Dias - [Apresentamos propostas para valorizar os profissionais do SNS e da Escola Pública](#)

Intervenção de Alma Rivera - [Pela fixação de um suplemento de risco para a PSP e GNR no valor de 400 euros](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Atualização de todas as pensões em 8% e aumento não inferior a 50 euros para cada pensionista](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Com a posição do PS, os reformados e pensionistas vão continuar a empobrecer](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Propostas do PCP para garantir a igualdade nas escolas, o acesso ao alojamento no ensino superior e apoios à investigação científica](#)

Intervenção de João Dias - [Garantir a justiça no acesso à saúde](#)

Intervenção de Paula Santos - [Alargar a oferta de transporte público em todo o território e avançar com a progressiva gratuidade](#)

Intervenção de Paula Santos - [Garantir o acesso à habitação e proteger a habitação](#)

Intervenção de João Dias - [O PCP, ao contrário do Governo PS, não desiste da agricultura familiar](#)

Intervenção de Paula Santos - [Não há vontade política do PS e dos partidos de direita em enfrentar os interesses da banca e proteger a habitação das famílias](#)

Intervenção de Bruno Dias - [O PS insiste em sacrificar as populações e as empresas em nome das PPP e dos seus consórcios](#)

Intervenção de Paula Santos - [PCP propõe um Fundo de Apoio à Tesouraria das MPME](#)

Intervenção de Bruno Dias - [É urgente o controlo e fixação de preços sobre os produtos do cabaz alimentar essencial](#)

Intervenção de Duarte Alves - [Este Orçamento aprofunda regimes fiscais de privilégio para os grandes grupos económicos](#)

Intervenção de Paula Santos - [PS mantém o corte nas pensões para 2023](#)

Intervenção de Alma Rivera - [O Governo PS nega um caminho de democratização da cultura quando exclui efetivamente o direito a criar e fruir cultura](#)

Intervenção de Bruno Dias - [A taxação dos lucros extraordinários dos grupos económicos é da mais elementar justiça](#)

Intervenção de Paula Santos - [O Orçamento do Estado não dá resposta aos problemas que afetam os trabalhadores, o povo e o País](#)

Debate do Orçamento do Estado para 2022

O Orçamento do Estado na página do PCP - <https://www.pcp.pt/oe2022>

Proposta de Lei n.º 4/XV/1ª - [Aprova o Orçamento do Estado para 2022](#)

Lei nº12/2022 – [Orçamento do Estado para 2022](#)

Debate na Generalidade do OE2022 (28/04/22)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [Quando todos os problemas se agudizaram, recusar as soluções do PCP é inaceitável!](#)

Intervenção de Paula Santos - [O Governo PS recusa soluções no transporte público e no apoio às MPME](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [São urgentes soluções para os pais, mães trabalhadoras e crianças do nosso País](#)

Intervenção de Alma Rivera - [Perante os problemas da Educação e da Cultura o Governo do PS recusa as soluções que se exigem](#)

Intervenção de Bruno Dias - [O Governo escolhe submeter os trabalhadores, o povo português, a dificuldades acrescidas](#)

Intervenção de Bruno Dias - [Sobre as opções de política fiscal e de investimento público do Governo PS](#)

Intervenção de Paula Santos - [A proposta de Orçamento não dá as respostas necessárias para assegurar que o direito à habitação seja uma realidade](#)

Intervenção de João Dias - [Este Orçamento do Estado não responde às necessidades que estão colocadas ao SNS](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [Desigualdades, injustiças e défices estruturais não têm resposta neste OE](#)

Debate na Especialidade do OE2022 – Debate na Comissão

Intervenções dos Deputados do PCP nos debates com os vários Ministros - [consultar](#)

A intervenção e as propostas do PCP

Propostas de alteração do PCP ao Orçamento do Estado consultar [aqui](#) e [aqui](#)

Debate na Especialidade e votação final do OE2022 – Plenário

Intervenção de Paula Santos - [Se o Governo verdadeiramente quiser responder aos problemas do País, o caminho é a aprovação das propostas do PCP](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [Que resposta vai dar o PS aos trabalhadores da Administração Pública?](#)

Intervenção de Alma Rivera - [PCP propõe fixar o suplemento de risco para as forças de segurança em 350€ em 2022 e 400€ em 2023](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [O caminho a seguir tem que ser o de defesa e valorização da Escola Pública e dos seus profissionais](#)

Intervenção de João Dias - [Salvar o SNS é uma prioridade do PCP a começar pelos seus profissionais!](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [PCP propõe aumento de 5,3% para todas as pensões, com um valor mínimo de 20€](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [PCP leva a votação a reposição e valorização do poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública, reformados e pensionistas](#)

Intervenção de Paula Santos - [Maioria absoluta do PS atropela regras democráticas](#)

Intervenção de Paula Santos - [O que vai fazer o PS? Vai aprovar as propostas do PCP e garantir o apoio às MPME?](#)

Intervenção de João Dias - [É necessário aumentar a capacidade de produção dos alimentos de que a população precisa](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [Soluções para reforçar a Escola Pública, o Sistema Científico e Tecnológico Nacional e o SNS – é isso que significam as propostas do PCP](#)

Intervenção de Paula Santos - [PS, PSD, Chega e IL alimentam o negócio dos grupos privados da Saúde](#)

Intervenção de Paula Santos - [O PCP propõe alargar as verbas para aumentar a oferta de transportes públicos](#)

Intervenção de Bruno Dias - [O que é urgente é avançar de uma vez por todas com medidas de controlo dos preços dos combustíveis](#)

Intervenção de João Dias - [PCP leva a votação controlo e fixação de preços do cabaz alimentar essencial](#)

Intervenção de Paula Santos - [PCP propõe reforço do investimento em reabilitação e construção de habitação pública](#)

Intervenção de Bruno Dias - [A justiça fiscal é uma resposta indispensável que se pode construir assim haja vontade política](#)

Intervenção de João Dias - [Alargar o acesso dos utentes aos cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [PCP leva a votação o alargamento da gratuitidade das creches e a criação de uma rede pública](#)

Intervenção de Bruno Dias - [PCP leva a votação a tributação de lucros extraordinários](#)

Intervenção de Alma Rivera - [Os números deste orçamento dizem-nos que para o governo a cultura é uma atividade acessória](#)

Intervenção de Diana Ferreira - [O PCP trouxe a discussão e votação propostas que reforçavam os direitos de proteção social](#)

Intervenção de Alma Rivera - [Este Orçamento de Estado não serve nem aos jovens, nem às associações juvenis, muito menos ao país](#)

Intervenção de Paula Santos - [O governo PS fica com um Orçamento aprovado, mas os problemas dos trabalhadores e do povo não terão nele resposta](#)

8. Debate do Estado da Nação

Debate do estado da Nação (20/07/23)

Intervenção de Paula Santos - [É intolerável o contraste entre os lucros dos grupos económicos e o empobrecimento dos trabalhadores](#)

Intervenção de Bruno Dias - [O que é urgente neste País são casas para viver, e não para especular](#)

Intervenção de Alma Rivera - [O país não está condenado, está é mal governado pelas políticas que unem PS, PSD, CDS, CH e IL](#)

Intervenção de João Dias - [Foi opção do Governo PS transferir para o privado os cuidados de saúde que deviam ser do público](#)

Debate do estado da Nação (20/07/22)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [«Este caminho já o vimos no passado pela mão de PSD/CDS com o apoio da troika estrangeira e que o PS tanto dizia querer combater»](#)

Intervenção de Paula Santos - [O desmantelamento do SNS é o favorecimento dos grupos privados da saúde que lucram com o negócio da doença](#)

Intervenção de Bruno Dias - [«A margem de refinação da Galp disparou de 6,9 para 22,3 dólares por barril! Perdem as populações, perde a economia real, perde o Estado, e ganham aos milhões as petrolíferas!»](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [«As opções políticas do Governo PS agravam objetivamente problemas e défices estruturais do País»](#)

9. Jornadas Parlamentares

Jornadas Parlamentares do PCP na Serra da Estrela, 19 e 20 de junho de 2023

[Consultar](#)

Intervenção de abertura das Jornadas, Paula Santos - [consultar](#)

Intervenção de abertura das Jornadas, Paulo Raimundo - [«Recusamos o pressuposto de que o Interior está condenado. Não está e não aceitamos que o condenem»](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas, Paula Santos - [consultar](#)

Ver [Galeria de fotos](#)

Jornadas Parlamentares do PCP em Beja. 30 e 31 de janeiro de 2023

[Consultar](#)

Intervenção de abertura das Jornadas, Paula Santos - [consultar](#)

Intervenção de abertura das Jornadas, Paulo Raimundo - [«É preciso e urgente uma política alternativa que abra um caminho de progresso e desenvolvimento soberano para a Região e para o País»](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas, Paula Santos - [consultar](#)

Jornadas Parlamentares do PCP na Península de Setúbal, 27 e 28 de junho de 2022

[Travar o aumento de preços, valorizar salários e pensões, promover a produção nacional](#)

Intervenção de abertura das Jornadas, Paula Santos - [«O empobrecimento da larga maioria da população contrasta com a acumulação de riqueza por uma pequeníssima minoria»](#)

Intervenção de abertura das Jornadas, Jerónimo de Sousa - [«O Governo impõe a degradação generalizada das condições de vida, agrava brutalmente as injustiças e desigualdades sociais e sacrifica a economia nacional»](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas, Paula Santos - [Travar o aumento de preços, valorizar salários e pensões, promover a produção nacional](#)

10. Projetos de Lei

| Tipo | Nº | Título | Área |
|------|-----|--|-----------------------|
| Pjl | 955 | Manutenção do direito ao subsídio de turno e ao pagamento de trabalho suplementar prestado por bombeiros sapadores (Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril) | Administração Interna |
| Pjl | 954 | Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro) | Administração Interna |
| Pjl | 910 | Aprova o aumento do suplemento por serviço e risco nas Forças e Serviços de Segurança (sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 298/2009, de 14 de outubro e quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro) | Administração Interna |
| Pjl | 822 | Estatuto do Formador da Polícia de Segurança Pública | Administração Interna |
| Pjl | 821 | Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança | Administração Interna |
| Pjl | 805 | Estabelece medidas de reforço da investigação criminal e da jurisdição penal como prioridades da política criminal | Administração Interna |
| Pjl | 804 | Determina as condições em que o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal definem e executam as prioridades e orientações correspondentes aos objetivos da política criminal (Primeira alteração à Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal) | Administração Interna |
| Pjl | 791 | Altera o regime de fiscalização parlamentar do Sistema de Informações da República Portuguesa (Sexta alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro) | Administração Interna |
| Pjl | 737 | Consagra o direito à greve dos profissionais da PSP (2.ª alteração à Lei n.º 14/2002, de 19 de fevereiro) | Administração Interna |
| Pjl | 734 | Reforça o regime de direitos dos profissionais da Polícia Marítima e de participação das respetivas associações representativas (Primeira alteração à Lei n.º 53/98, de 18 de agosto e à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro) | Administração Interna |
| Pjl | 733 | Reforça o regime de direitos dos profissionais da Guarda Nacional Republicana e de participação das respetivas associações representativas (Primeira alteração à Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, segunda alteração à Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 233/2008, de 2 de dezembro que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da GNR) | Administração Interna |
| Pjl | 619 | Altera o Estatuto do Pessoal da Guarda Nacional Republicana (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março) | Administração Interna |
| Pjl | 350 | Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro) | Administração Interna |
| Pjl | 308 | Regula a prestação de trabalho suplementar na Polícia de Segurança Pública (2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro) | Administração Interna |
| Pjl | 307 | Elimina o fator de sustentabilidade e ordena o recálculo oficioso em todas as pensões em pagamento dos profissionais da PSP | Administração Interna |
| Pjl | 306 | Altera o Estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública (2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, alterado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro) | Administração Interna |
| Pjl | 283 | Aprova a orgânica da Polícia Marítima | Administração Interna |
| Pjl | 282 | Autoridade Marítima Nacional | Administração Interna |
| Pjl | 136 | Gestão democrática do Sistema de Assistência na Doença da GNR e PSP (Sexta alteração ao Decreto-lei n.º 158/2005, de 20 de setembro) | Administração Interna |
| Pjl | 135 | Aprova o estatuto da condição policial | Administração Interna |
| Pjl | 37 | Revoga a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras | Administração Interna |

| | | | |
|-----|-----|--|--------------------------|
| Pjl | 969 | Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e 17.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) | Administração Pública |
| Pjl | 967 | Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à 17.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas | Administração Pública |
| Pjl | 604 | Contabilização integral do tempo de serviço das carreiras e corpos especiais da administração pública | Administração Pública |
| Pjl | 602 | Reduz a contribuição para a ADSE, SAD e ADM para 3% e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal alterando o Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro e o Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro | Administração Pública |
| Pjl | 378 | Integração de trabalhadores com contrato individual de trabalho nas respetivas carreiras da Administração Pública | Administração Pública |
| Pjl | 32 | Contagem de todos os pontos para efeitos de descongelamento das carreiras | Administração Pública |
| Pjl | 927 | Regime de preços dos bens alimentares essenciais | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 926 | Regime de estabilização do preço do gasóleo colorido e marcado compatível com as atividades agrícola, pecuária e piscatória | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 840 | Revoga o Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio que “Procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos” | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 837 | Programa de identificação, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras, de espécies oportunistas e outras pragas nas áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 567 | Aprova um Regime Simplificado para Indemnização a agricultores e produtores florestais pela destruição da produção por animais selvagens | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 546 | Acesso ao Título de Reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar e Programa de Valorização da Agricultura Familiar e do Mundo Rural | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 524 | Programa nacional de avaliação e controlo da utilização superintensiva do solo agrícola e atlas de utilização intensiva do solo | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 522 | Carta de aptidão para a cultura de cereais, promoção da produção de cereais e acompanhamento da Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 386 | Aprova os Estatutos da Casa do Douro | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 286 | Avaliação Ambiental Integrada da intensificação do uso agrícola do solo e Regime de Avaliação de Incidências Ambientais de projetos agrícolas em regime intensivo e superintensivo, atividades industriais conexas e utilizações não agrícolas de solos RAN | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 261 | Definição e execução de procedimentos para situações pós-incêndio | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 223 | Consagra medidas de promoção do escoamento de bens alimentares provenientes da pequena e média agricultura e pecuária nacional e da agricultura familiar e cria um regime público simplificado para aquisição dos respetivos produtos | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 222 | Aprova o regime de estabilização do preço do gasóleo colorido e marcado compatível com as atividades agrícola, pecuária e piscatória | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 50 | Cria uma medida de apoio aos custos com a gasolina na atividade da pequena pesca artesanal e costeira (Gasolina Verde) | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 15 | Medidas para melhoria do funcionamento da cadeia agroalimentar | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 14 | Aprova medidas urgentes para a produção de cereais | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 13 | Plano Estratégico para a Soberania Alimentar Nacional | Agricultura e Pescas |
| Pjl | 649 | Determina a reversão do processo de reforma e redução de eficácia dos licenciamentos ambientais, revogando o Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro | Ambiente |
| Pjl | 234 | Plano Nacional para a Prevenção Estrutural dos Efeitos da Seca e seu acompanhamento | Ambiente |
| Pjl | 139 | Atualização da caracterização e diagnóstico do estado das áreas protegidas e do regime de aprovação de projetos | Ambiente |
| Pjl | 138 | Estrutura a orgânica e a forma de gestão das Áreas Protegidas | Ambiente |
| Pjl | 137 | Estabelece medidas para preservação e remediação de solos | Ambiente |
| Pjl | 999 | 16.ª Alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março, adequando-o às alterações introduzidas pelo Regimento da Assembleia da República n.º 1/2023, de 9 de agosto | Assuntos Constitucionais |
| Pjl | 946 | Limita a acumulação de subvenções e elimina regimes especiais de aposentação dos titulares de cargos políticos e equiparados | Assuntos Constitucionais |

| | | | |
|-----|-----|---|----------------------------------|
| Pjl | 613 | Combate as "portas giratórias" entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos e o respetivo regime sancionatório, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho | Assuntos Constitucionais |
| Pjl | 110 | Reduz o financiamento público aos partidos políticos e às campanhas eleitorais (8.ª alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho) | Assuntos Constitucionais |
| Pjl | 861 | Alargamento da gratuidade da entrada nos museus, palácios e monumentos nacionais nos domingos e feriados | Cultura |
| Pjl | 717 | Fixa em 35% a quota de difusão de música portuguesa na rádio (3.ª alteração à Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro) | Cultura |
| Pjl | 807 | Reforça os direitos associativos dos militares das Forças Armadas (1.ª alteração à Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto e ao Decreto-Lei n.º 295/2007, de 22 de agosto) | Defesa |
| Pjl | 351 | Determina a recomposição das carreiras dos militares graduados deficientes das Forças Armadas | Defesa |
| Pjl | 52 | Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes | Defesa |
| Pjl | 545 | Procede à quinta alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, eliminando as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos | Desporto |
| Pjl | 975 | Gratuidade da emissão do primeiro pedido do Cartão de Cidadão e da renovação por causa não imputável ao próprio (Quarta alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro) | Direitos, Liberdades e Garantias |
| Pjl | 909 | Determina a cessação de vigência do regime de concessão da nacionalidade portuguesa por mero efeito da descendência de judeus sefarditas expulsos de Portugal em 1496 (10.ª alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro que aprova a Lei da Nacionalidade) | Direitos, Liberdades e Garantias |
| Pjl | 645 | Atribui patrono às vítimas de violência doméstica (10.ª alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro) | Direitos, Liberdades e Garantias |
| Pjl | 644 | Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (10.ª alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro) | Direitos, Liberdades e Garantias |
| Pjl | 508 | Alarga a possibilidade de adoção de crianças até aos 18 anos (Primeira alteração à Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro e ao Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro) | Direitos, Liberdades e Garantias |
| Pjl | 507 | Retoma das medidas de acolhimento e programa de autonomização de crianças e jovens em perigo (quinta alteração à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) | Direitos, Liberdades e Garantias |
| Pjl | 100 | Altera a Lei n.º 32/2008, de 17 de julho sobre conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas | Direitos, Liberdades e Garantias |
| Pjl | 28 | Determina a cessação de vigência do regime de concessão da nacionalidade portuguesa por mero efeito da descendência de judeus sefarditas expulsos de Portugal em 1496 (10.ª alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro que aprova a Lei da Nacionalidade) | Direitos, Liberdades e Garantias |
| Pjl | 566 | Estabelece o regime de recuperação do controlo público da GALP | Economia |
| Pjl | 509 | Estabelece o Regime de Recuperação do Controlo Público dos CTT | Economia |
| Pjl | 419 | Estabelece o montante máximo de atualização de rendas de espaços em centros comerciais | Economia |
| Pjl | 239 | Cria o Fundo de Apoio à Tesouraria das Micro e Pequenas Empresas | Economia |
| Pjl | 236 | Cria um regime autónomo de arrendamento para as atividades económicas, associativas e culturais | Economia |
| Pjl | 235 | Regime de preços dos bens alimentares essenciais | Economia |
| Pjl | 160 | Estabelece medidas de promoção da durabilidade e garantia dos equipamentos para o combate à obsolescência programada | Economia |
| Pjl | 153 | Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição | Economia |
| Pjl | 928 | Alargamento da Rede Pública de Ensino Artístico Especializado | Educação e Ciência |
| Pjl | 902 | Elimina a imposição de reutilização dos manuais escolares no 1.º ciclo e consagra a gratuidade das fichas de exercício (quarta alteração à Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto) | Educação e Ciência |
| Pjl | 901 | Reforço dos apoios ao alojamento no Ensino Superior | Educação e Ciência |
| Pjl | 688 | Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior) | Educação e Ciência |

| | | | |
|-----|-----|--|--|
| Pjl | 687 | Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes | Educação e Ciência |
| Pjl | 686 | Financiamento do Ensino Superior Público | Educação e Ciência |
| Pjl | 667 | Procede à atualização das bolsas de investigação científica e respetivas componentes, repõe os subsídios cortados e elimina as taxas de doutoramento | Educação e Ciência |
| Pjl | 342 | Reforça dos apoios ao alojamento no Ensino Superior | Educação e Ciência |
| Pjl | 303 | Eliminação das propinas, taxas e emolumentos no Ensino Superior Público | Educação e Ciência |
| Pjl | 302 | Medidas de apoio aos estudantes no ensino superior no âmbito da Ação Social Escolar | Educação e Ciência |
| Pjl | 229 | Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem | Educação e Ciência |
| Pjl | 228 | Regime de contratação e colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos de ensino (1.ª alteração do Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio) | Educação e Ciência |
| Pjl | 227 | Eliminação dos exames do 9.º ano | Educação e Ciência |
| Pjl | 115 | Valorização e reconhecimento do Ensino Superior Politécnico, reconhecendo a possibilidade de conferir o grau de doutor | Educação e Ciência |
| Pjl | 73 | Garante a inclusão de todos os horários no procedimento de mobilidade interna do concurso interno de professores | Educação e Ciência |
| Pjl | 48 | Vinculação extraordinária de todos os docentes com três ou mais anos de serviço até 2023 | Educação e Ciência |
| Pjl | 47 | Aprova medidas de combate à carência de professores e educadores na Escola Pública | Educação e Ciência |
| Pjl | 46 | Estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário (oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho) | Educação e Ciência |
| Pjl | 341 | Simplifica o acesso às tarifas reguladas na energia e determina a sua continuidade e a criação da tarifa regulada de gás de botija e canalizado | Energia |
| Pjl | 20 | Elimina o chamado “adicional ao ISP” e a dupla tributação dos combustíveis (IVA sobre ISP) | Energia |
| Pjl | 19 | Alarga o acesso à tarifa regulada de eletricidade e elimina o seu carácter transitório | Energia |
| Pjl | 18 | Fixa um Preço de Referência para combater a especulação e reduzir os preços dos combustíveis e do GPL | Energia |
| Pjl | 17 | Reduz do IVA da eletricidade e do gás para a taxa reduzida de 6% (Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro) | Energia |
| Pjl | 16 | Reduz o preço dos combustíveis através do nível de incorporação de biocombustíveis | Energia |
| Pjl | 960 | Aprova medidas urgentes de combate à especulação imobiliária e de proteção dos inquilinos | Habituação |
| Pjl | 897 | Limita o aumento das rendas nos contratos em vigor e nos novos contratos de arrendamento habitacional | Habituação |
| Pjl | 896 | Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação | Habituação |
| Pjl | 744 | Medidas de Proteção da Habitação | Habituação |
| Pjl | 452 | Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação | Habituação |
| Pjl | 451 | Regime extraordinário de proibição de penhora e execução de hipoteca de habitação própria permanente | Habituação |
| Pjl | 242 | Proteção da casa de morada de família | Habituação |
| Pjl | 25 | Alteração ao Regime do Arrendamento Urbano | Habituação |
| Pjl | 983 | Aprova o regime sancionatório dos maus-tratos a animais de companhia | Justiça |
| Pjl | 646 | Integração do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais (1.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro) | Justiça |
| Pjl | 578 | Cria a unidade de missão para a revisão do regime das custas judiciais | Justiça |
| Pjl | 577 | Alarga as competências e reforça o apoio ao funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas (Segunda alteração à Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro) | Negócios Estrangeiros e Comunidades |
| Pjl | 154 | Gratuidade do Ensino de Português no Estrangeiro (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto) | Negócios Estrangeiros e Comunidades |
| Pjl | 109 | Revoga o regime de atribuição de “Vistos Gold” - autorização de residência para atividade de investimento (9.ª alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho que define as condições de entrada, permanência, saída e afastamento do território nacional) | Negócios Estrangeiros e Comunidades |
| Pjl | 766 | Modernização do regime de atividade do sector do Táxi (9.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto) | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |

| | | | |
|-----|-----|--|--|
| Pjl | 557 | Elimina as portagens na A24 | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 556 | Elimina as portagens na A23 | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 555 | Elimina as portagens na A22 | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 554 | Elimina as portagens na A13 | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 553 | Elimina as portagens na A4 | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 552 | Elimina as portagens na A42 | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 551 | Elimina as portagens na A41 | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 550 | Elimina as portagens na A29 | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 549 | Elimina as portagens na ex-SCUT Norte Litoral (A28) entre Angeiras e Darque | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 548 | Elimina as portagens na A25 | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 464 | Revogação do aumento decretado das taxas de portagem e limitação da sua atualização ao valor correspondente ao de 2022 | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 463 | Elimina a natureza tributária das transgressões ocorridas em infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem (nona alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho) | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 352 | Repõe as competências da Infraestruturas de Portugal, S.A. nos Terminais Ferroviários de Leixões e da Guarda | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 217 | Suspende a atribuição de licenças de TVDE até à conclusão do processo de avaliação do regime legal vigente | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjl | 944 | Elimina o chamado “adicional ao ISP” e a dupla tributação dos combustíveis (IVA sobre ISP) | Orçamento e finanças |
| Pjl | 903 | Aprova medidas para mais justiça fiscal visando aliviar os impostos sobre o trabalho e o consumo de bens essenciais e acabar com os regimes de privilégio das grandes fortunas e lucros | Orçamento e finanças |
| Pjl | 839 | Promover uma política de justiça fiscal - Aliviar os impostos sobre os trabalhadores e o povo, tributar de forma efetiva os lucros dos grupos económicos | Orçamento e finanças |
| Pjl | 684 | Devolução de verbas do Fundo de Garantia Automóvel (FGA) a fim de reduzir o preço dos prémios de seguro automóvel [segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto] | Orçamento e finanças |
| Pjl | 521 | Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal | Orçamento e finanças |
| Pjl | 431 | Extingue o SIFIDE e atribui os respetivos recursos financeiros a políticas de investigação e desenvolvimento (I&D), procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro | Orçamento e finanças |
| Pjl | 383 | Contribuição Extraordinária sobre Lucros, de combate à especulação e práticas monopolistas | Orçamento e finanças |
| Pjl | 233 | Reduz as comissões bancárias e alarga as condições de acesso e o âmbito da conta de serviços mínimos bancários | Orçamento e finanças |
| Pjl | 618 | Procede à 11.ª alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais | Poder Local e Ordenamento do Território |
| Pjl | 429 | Estabelece o Regime de Recuperação da Gestão Pública dos Sistemas de Abastecimento de Águas e Saneamento | Poder Local e Ordenamento do Território |
| Pjl | 421 | Altera o procedimento especial de reposição de freguesias (Primeira alteração à Lei n.º 39/2021, de 24 de junho) | Poder Local e Ordenamento do Território |
| Pjl | 393 | Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial | Poder Local e Ordenamento do Território |
| Pjl | 997 | Revoga o Decreto-Lei nº 103/2023, de 7 de novembro, que “Aprova o regime jurídico de dedicação plena no Serviço Nacional de Saúde e da organização e do funcionamento das unidades de saúde familiar” | Saúde |
| Pjl | 899 | Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde | Saúde |
| Pjl | 898 | Altera o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto) | Saúde |
| Pjl | 803 | Reforça o pagamento do subsídio de doença para as situações de tuberculose e das doenças crónicas, incluindo a doença oncológica, procedendo à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro | Saúde |
| Pjl | 746 | Regime de apoio financeiro para aquisição de óculos e lentes, próteses dentárias, aparelhos auditivos e calçado ortopédico | Saúde |

| | | | |
|-----|-----|--|------------------|
| Pjl | 525 | Regime de comparticipação de medicamentos, dispositivos médicos e suplementos para alimentação entérica e parentérica | Saúde |
| Pjl | 523 | Gratuidade do transporte não urgente de doentes | Saúde |
| Pjl | 392 | Agilização na emissão ou renovação, prorrogação da vigência e gratuidade dos atestados multiuso | Saúde |
| Pjl | 376 | Altera o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto) | Saúde |
| Pjl | 187 | Autonomia dos estabelecimentos e unidades do Serviço Nacional de Saúde e alargamento da autorização para a realização de investimentos e despesas não previstas | Saúde |
| Pjl | 43 | Determina a reversão do Hospital de S. Paulo, em Serpa, para o Ministério da Saúde | Saúde |
| Pjl | 31 | Alargamento dos incentivos para a fixação de profissionais de saúde em unidades e áreas geográficas com carências em saúde | Saúde |
| Pjl | 30 | Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde | Saúde |
| Pjl | 976 | Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade | Segurança Social |
| Pjl | 936 | Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo a antecipação da pensão sem penalizações aos beneficiários que completem 40 anos de descontos | Segurança Social |
| Pjl | 900 | Criação de uma rede pública de creches | Segurança Social |
| Pjl | 819 | Cria o projeto Rede Pública de Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio aos Idosos | Segurança Social |
| Pjl | 793 | Alargas as formas de pagamento do Apoio Extraordinário às Famílias mais vulneráveis, alterando o Decreto-lei n.º 21-A/2023, de 28 de março | Segurança Social |
| Pjl | 770 | Reposição dos escalões do abono de família para crianças e jovens, com vista à sua universalidade | Segurança Social |
| Pjl | 768 | Melhora as condições de acesso das pessoas com deficiência à Prestação Social para Inclusão e altera o momento a partir do qual esta prestação é devida aos beneficiários (Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro) | Segurança Social |
| Pjl | 693 | Regime de aposentação dos trabalhadores dos matadouros públicos da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira | Segurança Social |
| Pjl | 647 | Reforço dos direitos de maternidade e de paternidade | Segurança Social |
| Pjl | 120 | Propõe a criação de uma rede pública de creches como forma de garantir os direitos das crianças | Segurança Social |
| Pjl | 968 | Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos | Trabalho |
| Pjl | 966 | Consagra o direito a 25 dias de férias anuais (20.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) | Trabalho |
| Pjl | 965 | Revoga o regime de caducidade da contratação coletiva | Trabalho |
| Pjl | 964 | Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador (20.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) | Trabalho |
| Pjl | 856 | Atualiza as medidas de proteção aos trabalhadores que utilizam equipamentos com visor, procedendo à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 349/93, de 1 de outubro | Trabalho |
| Pjl | 317 | Altera as regras de funcionamento e acesso ao Fundo de Garantia Salarial e reforça os direitos dos trabalhadores procedendo à segunda alteração ao Decreto-lei n.º 59/2015, de 21 de abril | Trabalho |
| Pjl | 313 | Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 agosto | Trabalho |
| Pjl | 312 | Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho | Trabalho |
| Pjl | 311 | Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro | Trabalho |
| Pjl | 67 | Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação, para reforçar a proteção dos trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprova o Código do Trabalho) | Trabalho |
| Pjl | 66 | Repõe montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho | Trabalho |
| Pjl | 65 | Confere natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro | Trabalho |

| | | | |
|-----|----|--|----------|
| Pjl | 64 | Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) | Trabalho |
| Pjl | 63 | Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) | Trabalho |
| Pjl | 62 | Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) | Trabalho |
| Pjl | 61 | Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) | Trabalho |
| Pjl | 60 | Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) | Trabalho |
| Pjl | 3 | Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (19.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) | Trabalho |
| Pjl | 2 | Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e 11.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) | Trabalho |
| Pjl | 1 | Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos | Trabalho |

11. Projetos de Resolução

| Tipo | Nº | Título | Área |
|------|-----|---|--------------------------|
| | 948 | Pela valorização remuneratória e social dos trabalhadores das Forças e Serviços de Segurança | Administração Interna |
| Pjr | 156 | Pela criação de um Comando Nacional de Bombeiros | Administração Interna |
| Pjr | 157 | Recomenda ao Governo a revisão das carreiras profissionais da Polícia de Segurança Pública | Administração Interna |
| Pjr | 158 | Recomenda ao Governo que inicie um processo de estudo e discussão com vista à criação de uma polícia nacional de natureza civil em substituição da PSP e da GNR | Administração Interna |
| Pjr | 792 | Pela dotação do país com meios aéreos públicos afetos à proteção civil | Administração Interna |
| Pjr | 791 | Para uma nova política de proteção civil | Administração Interna |
| Pjr | 592 | Recomenda o Apoio Extraordinário às Associações Humanitárias de Bombeiros | Administração Interna |
| Pjr | 3 | Recomenda ao Governo a reposição, criação e valorização das carreiras na Administração Pública e a revogação do SIADAP | Administração Pública |
| Pjr | 4 | Pela urgente negociação da Tabela Remuneratória Única da Administração Pública tendo em vista assegurar a sua proporcionalidade | Administração Pública |
| | 915 | Regime extraordinário de apoio ao setor apícola | Agricultura e Pescas |
| | 914 | Recomenda ao Governo a reprogramação do PEPAC para responder às necessidades da agricultura nacional | Agricultura e Pescas |
| | 913 | Recomenda ao Governo a concretização urgente da extensão dos apoios para os agrupamentos de baldios | Agricultura e Pescas |
| Pjr | 9 | Regime extraordinário de apoio ao gasóleo colorido e marcado por forma a repor o preço praticado em janeiro de 2021 | Agricultura e Pescas |
| Pjr | 165 | Plano plurianual para apoio à renovação da frota de pesca | Agricultura e Pescas |
| Pjr | 166 | Regulamentação da Lei n.º 52/2020, de 25 de agosto | Agricultura e Pescas |
| Pjr | 171 | Recomenda ao Governo que, ao abrigo da Lei n.º 108/2017, de 23 de novembro, proceda ao alargamento das medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais ocorridos em Portugal continental em 2017 às vítimas dos incêndios de julho de 2022 | Agricultura e Pescas |
| Pjr | 819 | Recomenda ao Governo a tomada de medidas para valorização da lã nacional e particularmente a proveniente de raças autóctones | Agricultura e Pescas |
| Pjr | 818 | Conclusão dos projetos de regadio da Cova da Beira e da Gardunha Sul e manutenção das infraestruturas já existentes | Agricultura e Pescas |
| Pjr | 817 | Recomenda ao Governo a tomada de medidas para a promoção do consumo de frutas e hortícolas de origem local, alargando o âmbito do regime escolar | Agricultura e Pescas |
| Pjr | 816 | Alargamento dos apoios financeiros extraordinários para o setor agrícola e pecuário aos pequenos agricultores e produtores | Agricultura e Pescas |
| Pjr | 662 | Medidas imediatas de apoio aos sectores agrícola e pecuário para combate aos efeitos da seca | Agricultura e Pescas |
| Pjr | 589 | Recomenda ao Governo a intervenção nas comportas da Maria da Mata e a proteção da produção de arroz na região do Baixo Mondego | Agricultura e Pescas |
| Pjr | 438 | Recomenda ao Governo a construção do Circuito Hidráulico de Vidigueira e respetivo bloco de rega | Agricultura e Pescas |
| | 909 | Pela remoção do amianto dos equipamentos escolares | Ambiente |
| Pjr | 131 | Pela reabilitação e salvaguarda do interesse e usufruto públicos da Tapada das Necessidades | Ambiente |
| Pjr | 788 | Em defesa da costa litoral do concelho de Grândola | Ambiente |
| Pjr | 694 | Salvaguarda dos valores naturais do Parque Natural da Arrábida | Ambiente |
| Pjr | 651 | Programa para a salvaguarda da qualidade ambiental da Bacia Hidrográfica do rio Lis | Ambiente |
| Pjr | 221 | Programa de Emergência para a Serra da Estrela | Ambiente |
| Pjr | 193 | Pela contratação e a valorização da carreira de Vigilantes da Natureza e o reforço de meios para a preservação e conservação da natureza e da biodiversidade | Ambiente |
| Pjr | 1 | Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos | Assuntos Constitucionais |
| | 911 | Prevenção de segurança e regularização de edifícios sede e similares das associações sem fins lucrativos | Cultura |
| Pjr | 838 | Valorização dos arqueólogos e demais trabalhadores do Património Cultural | Cultura |

| | | | |
|-----|-----|---|----------------------------------|
| Pjr | 632 | Recomenda ao Governo as diligências necessárias à classificação do arquivo do “Jornal de Notícias” | Cultura |
| Pjr | 626 | Recomenda ao Governo a deslocalização do Museu Militar do Porto para, no Edifício do Heroísmo, instalar o Museu da Resistência Antifascista no Porto | Cultura |
| Pjr | 371 | Propõe medidas para correção dos resultados do concurso de apoios às artes e reforço do seu financiamento | Cultura |
| Pjr | 777 | Grandes Opções para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional que assegure a soberania e a independência nacional | Defesa |
| Pjr | 709 | Recomenda ao Governo a adoção de políticas que protejam os militares no seu direito à parentalidade | Defesa |
| Pjr | 446 | Pela Valorização Remuneratória e Social dos Militares das Forças Armadas | Defesa |
| Pjr | 384 | Consagra o dia 31 de janeiro como Dia Nacional do Sargento | Defesa |
| | 910 | Recomenda ao Governo que proceda à reabertura dos serviços públicos encerrados nos territórios do interior do país ou de baixa densidade populacional | Direitos, Liberdades e Garantias |
| Pjr | 789 | Medidas de reforço das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens | Direitos, Liberdades e Garantias |
| Pjr | 693 | Medidas para combate ao discurso de ódio na internet | Direitos, Liberdades e Garantias |
| Pjr | 619 | Reforço dos direitos da mulher em matéria de interrupção voluntária da gravidez | Direitos, Liberdades e Garantias |
| Pjr | 24 | Desenvolver o País, valorizar o trabalho e os trabalhadores, promover a produção nacional, romper com a dependência externa | Economia |
| Pjr | 118 | Por uma estratégia integrada de acessibilidades do Alentejo enquanto instrumento de promoção da coesão e desenvolvimento territorial | Economia |
| Pjr | 828 | Travar a privatização da EFACEC – Defender a empresa e a produção nacional | Economia |
| Pjr | 646 | Por uma vida melhor: aumento dos salários e pensões, controlo e redução de preços, mais investimento e produção nacional | Economia |
| Pjr | 209 | Propõe medidas de emergência para combater o aumento do custo de vida e o agravamento das injustiças e desigualdades | Economia |
| | 912 | Valorizar os recreios, promover o seu papel pedagógico, lúdico e social | Educação e Ciência |
| | 883 | Recomenda a adoção de medidas de valorização dos trabalhadores da educação e da escola pública | Educação e Ciência |
| Pjr | 53 | Recomenda a adoção de medidas para a dinamização do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, combatendo a precariedade e o subfinanciamento | Educação e Ciência |
| Pjr | 54 | Recomenda ao Governo a eliminação da imposição administrativa de vagas para a progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente | Educação e Ciência |
| Pjr | 172 | Recomenda a adoção de medidas de valorização dos trabalhadores da educação e da escola pública | Educação e Ciência |
| Pjr | 831 | Pelos direitos dos docentes das Escolas Artísticas António Arroio e Soares dos Reis | Educação e Ciência |
| Pjr | 815 | Recomenda ao Governo que garanta a distribuição de manuais escolares novos e das fichas de exercícios no 1.º ciclo e pondere o processo de digitalização | Educação e Ciência |
| Pjr | 790 | Garantia de alojamento em residência estudantil em época de avaliações e alargamento do período de atribuição do complemento de alojamento | Educação e Ciência |
| Pjr | 725 | Abertura de vagas necessárias para a vinculação de todos os docentes e educadores com mais de três anos de serviço | Educação e Ciência |
| Pjr | 669 | Aprovação de novos modelos de avaliação dos alunos, assentes em princípios de avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime de provas de aferição | Educação e Ciência |
| Pjr | 625 | Valorização das longas carreiras contributivas e aplicação de um regime de aposentação específico para os professores e educadores | Educação e Ciência |
| Pjr | 327 | Recomenda a adoção de medidas para efetivar o direito de todos os docentes ao posicionamento no escalão remuneratório que corresponda ao tempo de serviço efetivamente prestado | Educação e Ciência |
| Pjr | 742 | Subordinação da produção de eletricidade em eólica offshore às prioridades nacionais | Energia |
| Pjr | 184 | Reforço de meios do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana | Habitação |
| Pjr | 542 | Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação | Habitação |
| Pjr | 261 | Recomenda a adoção de medidas urgentes para responder aos aumentos no crédito à habitação | Habitação |
| Pjr | 260 | Propõe a fixação de um spread máximo pela CGD para o crédito à habitação | Habitação |

| | | | |
|-----|-----|--|--|
| Pjr | 67 | Pela criação da carreira de técnico de reinserção, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais | Justiça |
| Pjr | 540 | Recomenda ao Governo que conclua a Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça e proceda à contratação urgente de funcionários judiciais | Justiça |
| | 961 | Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina | Negócios Estrangeiros e Comunidades |
| Pjr | 137 | Recomenda ao Governo que submeta à aprovação da Assembleia da República para ratificação o Tratado de Proibição das Armas Nucleares adotado pela Organização das Nações Unidas em 7 de julho de 2017 | Negócios Estrangeiros e Comunidades |
| | 973 | Desenvolvimento da Linha de Alta Velocidade Ferroviária Porto – Lisboa | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| | 962 | Recomenda a generalização de lojas e pontos de venda do título de transportes intermodal Andante na Área Metropolitana do Porto | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| | 919 | Pelo direito das populações do Pinhal Interior Sul e da Cova da Beira ao acesso a rede móvel, internet e televisão | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| | 887 | Resgatar o direito ao transporte público fluvial entre as margens do Rio Sado | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 57 | Requalificação do IC8 | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 116 | Pela melhoria do transporte ferroviário no Distrito de Braga e a concretização da ligação direta Braga/Guimarães | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 117 | Pela modernização e eletrificação de toda a Linha do Alentejo e Reativação do Ramal Ferroviário de Aljustrel | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 846 | Pela rápida aquisição dos novos comboios para a CP, assegurando a conclusão do concurso público | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 845 | Atender à contribuição e às necessidades das populações e das autarquias face aos impactos da Linha de Alta Velocidade Porto – Lisboa | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 842 | Recomenda ao Governo a criação da carreira de agente único de transportes coletivos | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 659 | Pela integração na empresa dos trabalhadores dos bares dos comboios da CP | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 463 | Recomenda ao Governo a conclusão do IP8 na sua totalidade e a reabilitação urgente das Estradas Nacionais 259, 121 e 260 | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 432 | Recomenda ao Governo que proceda à definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os trabalhadores do sector dos transportes | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 412 | Pela realização de uma Auditoria aos processos de privatização da TAP | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 308 | Aproveitamento do Aeroporto de Beja nas suas diversas dimensões e potencialidades | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 288 | Pelo fim dos voos noturnos, pelo direito ao descanso e bem-estar das populações | Obras Públicas, Transportes e Comunicações |
| Pjr | 574 | Recomenda ao Governo a dissolução da empresa Águas do Alto-Minho e o retorno do controlo público dos serviços de água e saneamento para os municípios da região | Poder Local e Ordenamento do Território |
| Pjr | 512 | Salvaguarda do Parque das Gerações | Poder Local e Ordenamento do Território |
| Pjr | 320 | Reversão do processo de transferência de competências para as autarquias na área da educação | Poder Local e Ordenamento do Território |
| | 937 | Reforço dos cuidados de saúde em Ovar em resposta às necessidades das populações | Saúde |
| | 898 | Reforço dos Cuidados de Saúde Primários de proximidade às populações | Saúde |
| | 897 | Definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os enfermeiros | Saúde |
| Pjr | 115 | Pela autonomia dos Hospitais de Coimbra, valorização do Hospital Geral dos Covões e pela reversão do processo de fusão dos hospitais do CHUC, E.P.E. | Saúde |
| Pjr | 121 | Pela valorização dos profissionais de saúde e do SNS na região do Algarve | Saúde |
| Pjr | 134 | Salvar e Valorizar o Serviço Nacional de Saúde e valorizar os seus profissionais | Saúde |
| Pjr | 136 | Reforço de meios do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) | Saúde |
| Pjr | 807 | Reforço dos Cuidados de Saúde Primários de proximidade às populações | Saúde |
| Pjr | 766 | Desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados | Saúde |
| Pjr | 620 | Comparticipação total para o Sistema híbrido ou de ajuste de administração automática de insulina com base na monitorização contínua de glicose | Saúde |
| Pjr | 597 | Recomenda ao Governo a internalização do serviço de radiologia e a garantia da resposta de radioterapia na Unidade Local de Saúde do Alto Minho | Saúde |
| Pjr | 561 | Reforço da capacidade e competências do Laboratório Nacional do Medicamento | Saúde |
| Pjr | 473 | Recomenda ao Governo o reforço de profissionais de saúde nos cuidados de saúde primários no concelho de Peniche e nas valências do hospital de Peniche | Saúde |
| Pjr | 433 | Programa de resposta à Endometriose e Adenomiose | Saúde |
| Pjr | 396 | Definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os enfermeiros | Saúde |
| | 924 | Aumento das reformas e pensões no ano de 2024 | Segurança Social |

| | | | |
|-----|-----|--|------------------|
| Pjr | 601 | Pela aplicação do Decreto-lei n.º 57-C/2022, de 6 setembro a todos os reformados, independentemente da entidade pagadora das pensões | Segurança Social |
| Pjr | 576 | Recomenda ao Governo que aplique a atualização anual das pensões a todos os reformados e pensionistas com pensões iniciadas a partir de 1 de janeiro de 2022 | Segurança Social |
| Pjr | 513 | Aumento intercalar das reformas e pensões no ano de 2023 | Segurança Social |
| Pjr | 319 | Pela construção de um lar de idosos de gestão pública no concelho de Odivelas | Segurança Social |
| Pjr | 262 | Pelo reforço da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio aos Idosos e valorização das Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos | Segurança Social |
| | 882 | Aumento do salário mínimo nacional | Trabalho |
| Pjr | 2 | Aumento do Salário Mínimo Nacional | Trabalho |

12. Votos apresentados pelo PCP

| Tipo | Nº | Data | Título |
|------|-----|------------|--|
| Voto | 549 | 10/01/2024 | De condenação da instigação do prolongamento da política de confrontação e da guerra e de exigência de paz |
| Voto | 541 | 03/01/2024 | De pesar pelo falecimento de Maria Odete dos Santos |
| Voto | 528 | 11/12/2023 | De saudação pelos 125 anos da Sociedade Filarmónica União Agrícola 1º de Dezembro |
| Voto | 527 | 07/12/2023 | De saudação pelo 125º Aniversário da Sociedade Filarmónica Operária Amorense |
| Voto | 526 | 07/12/2023 | De saudação pelo 176.º Aniversário da Sociedade Harmonia de Santiago do Cacém |
| Voto | 525 | 07/12/2023 | De saudação pelo 175.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense |
| Voto | 524 | 07/12/2023 | De saudação pelo 151.º Aniversário da Sociedade Filarmónica União Arrentelense |
| Voto | 521 | 07/12/2023 | De saudação por ocasião do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência |
| Voto | 498 | 13/11/2023 | De pesar pelo falecimento de Manuel Gusmão |
| Voto | 497 | 08/11/2023 | Pela adoção da Assembleia Geral das Nações Unidas de uma resolução que preconiza uma trégua humanitária imediata, duradoura e sustentada que conduza à cessação da atual escalada de violência, em particular na Faixa de Gaza |
| Voto | 494 | 28/10/2023 | De pesar pelo falecimento de Margarida Tengarrinha |
| Voto | 471 | 10/10/2023 | De pesar pelas vítimas da atual escalada de violência na Palestina e em Israel e de 75 anos de política de ocupação e de violação do direito internacional por parte de Israel |
| Voto | 461 | 09/10/2023 | De saudação pelo 175.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense |
| Voto | 428 | 13/09/2023 | De solidariedade com o povo chileno nos 50 anos do golpe militar fascista no Chile |
| Voto | | | |
| Voto | 397 | 06/07/2023 | De condenação do ataque de Israel sobre o campo de refugiados de Jenin e o quotidiano de violência nos territórios palestinos ilegalmente ocupados |
| Voto | 382 | 22/06/2023 | De saudação ao Professor Doutor Cláudio Torres, pela distinção no âmbito dos Prémios Europeus do Património Cultural / Prémios Europa Nostra 2023, na categoria “Campeões do Património” |
| Voto | 352 | 24/05/2023 | De saudação pelo Dia Nacional do Bombeiro |
| Voto | 346 | 18/05/2023 | De solidariedade com o povo palestino nos 75 anos da Nakba |
| Voto | 326 | 16/04/2023 | De pesar pelo falecimento de Joaquim Pessoa |
| Voto | 317 | 04/04/2023 | De pesar pelo falecimento de José Duarte |
| Voto | 300 | 26/03/2023 | De saudação pelo Centenário da Associação Casa do Alentejo “um povo, uma cultura, uma região” |
| Voto | 274 | 28/02/2023 | De saudação à Seleção Nacional Feminina de Futebol, pelo apuramento para o Campeonato do Mundo |
| Voto | 271 | 23/02/2023 | De condenação da escalada de confrontação e guerra, de solidariedade com as suas vítimas e de exigência da paz |
| Voto | 228 | 11/01/2023 | De pesar pelo falecimento de António Cartaxo |
| Voto | 208 | 09/12/2022 | De saudação pela eleição de Évora como Capital Europeia da Cultura em 2027 |
| Voto | 207 | 06/12/2022 | De solidariedade com o Povo Palestino |
| Voto | 171 | 07/10/2022 | De condenação da instigação da escalada de confrontação e de guerra e em defesa da paz |
| Voto | 86 | 07/06/2022 | De saudação à participação portuguesa nos Jogos Surdolímpicos |
| Voto | 71 | 27/05/2022 | De solidariedade para com as vítimas da intempérie, no Estado de KwaZulu-Natal, África do Sul |
| Voto | 59 | 16/05/2022 | De pesar pela morte da Jornalista Shireen Abu Akleh |
| Voto | 49 | 12/05/2022 | De pesar pela perda de vidas humanas provocadas pelo trágico acidente no Hotel Saratoga, em Cuba |
| Voto | 48 | 12/05/2022 | De saudação ao Dia Internacional do Bombeiro |

| | | | |
|------|----|------------|--|
| Voto | 39 | 20/04/2022 | De pesar pelo falecimento de Jaime Serra |
| Voto | 12 | 05/04/2022 | De solidariedade para com as vítimas da guerra na Ucrânia, pela paz e pelo cabal apuramento de denúncias de crimes de guerra |
